

Abusos da PF com vazamentos íntimos pode provocar o fim da “busca e apreensão”

MAGNAVITA - PÁGINA 15

Senado aprova PEC do fim da escala de trabalho 6x1 com 75 votos favoráveis

Placar foi o mesmo nos dois turnos. Lula promulgará o texto a 11 dias do segundo turno. Senadores da oposição dizem que vitória é dos congressistas, não do Governo Federal

CARLOS MOURA/AGÊNCIA SENADO

TRT-15 recebe inscrições para Semana da Conciliação

Trabalhadores e empregadores interessados podem solicitar a inclusão de suas demandas diretamente nas unidades judiciárias ou por intermédio de seus advogados

PÁGINA 5

Projeto cria reeducação para autores de violência

Proposta busca interromper a reincidência das agressões às mulheres por meio do debate, em grupos, trazendo reflexões, sem alterar o cumprimento das penas impostas pela Justiça

PÁGINA 5

TALES FARIA

CREDIBILIDADE É DESAFIO PARA A EQUIPE DE FLÁVIO

PÁGINA 2

FERNANDO MOLICA

O RISCO DAS 48 HORAS ANTES DAS ELEIÇÕES

PÁGINA 2



PÁGINA 13

Campinas prepara 2.800 urnas para 870 mil eleitores

Preparação das urnas eletrônicas para o segundo turno termina dia 23 com o transporte dos equipamentos previsto para a véspera do pleito, marcado para 25 de outubro

PÁGINA 5

Exigência para cargo público é aprovada em Americana

Americana aprovou, em primeira discussão, o Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 2/2026, que prevê a exigência de formação superior para secretários e diretores.

PÁGINA 7

Justiça condena oito réus por criptogolpe em Sorocaba

Após cinco anos da deflagração da Operação Criptogolpe pelo Gaeco e Polícia Civil, a Justiça condenou oito réus a oito anos de prisão e R\$ 2,4 milhões em indenização.

PÁGINA

WILMAR CARVALHO/DIVULGAÇÃO

#cm
2
QUINTA-FEIRA

O CCBB Rio completa 37 anos e celebra com uma ocupação dedicada a Frankenstein: o Coletivo Gompa apresenta “Frankenstein” e “Frankinh@”, versão para crianças. Dirigidos por Camila Bauer, os dois espetáculos recontam o clássico de Mary Shelley — um com a criatura como mulher que recusa seu criador, outro com um Víctor adolescente que cria um monstinho de pedacinhos. Página 2

AS CRIATURAS DE Mary Shelley

TALES FARIA

Jornalista e comentarista de política

Credibilidade é desafio para a equipe de Flávio

A equipe de campanha de Flávio Bolsonaro (PL), se dobrou ao “tudo ou nada” da reta final da eleição, mas está preocupada em evitar que a perda de credibilidade acabe tirando votos do candidato a presidente da República.

As idas e vindas das declarações do candidato tiveram a concordância de sua equipe. Até foram incentivadas como única possibilidade em algumas situações, mas, segundo pesquisas internas, não convenceram a uma parcela de seus possíveis eleitores.

Por exemplo: o candidato teve que sinalizar em conversas reservadas com empresários de São Paulo, com quem se encontrou nesta quarta-feira, 14, que seu eventual governo poderá rediscutir o projeto de livre negociação da escala de trabalho entre patrões e empregados.

Ele vinha defendendo outro texto, apresentado ao Congresso pelo seu coordenador de campanha, o senador Rogério Marinho (RN), mas foi derrotado com a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que aprovou a derrubada da escala 6x1 com a adoção da chamada escala 5x2 – cinco dias de trabalho semanais por dois de folga.

O candidato do PL chegou a se manifestar publicamente contra a 5x2 e a favor da flexibilização proposta por Marinho, mas acabou anunciando que votaria a favor do projeto do governo. Seu adversário na campanha, o

presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que é candidato à reeleição, o havia desafiado a “mostrar a cara” aos eleitores votando “contra o povo” na noite desta quarta-feira.

Lula sabia que Flávio entraria em choque com a maioria do eleitorado, que defende a derrubada da 6x1, se votasse contra a proposta. Por isso ele mudou o voto. Mas o líder do PL na Câmara, Sóstenes Cavalcanti (RJ), deixou claro em entrevista à imprensa que, se vitorioso nas urnas, o governo Bolsonaro irá retomar a flexibilização.

A credibilidade do candidato já vinha ameaçada pelo escândalo envolvendo o ex-dono do Banco Master, Daniel Vercaro. Antes de o ex-banqueiro ser preso, em março, Flávio dizia que os dois não tinham qualquer envolvimento. Em maio, foram reveladas mensagens entre o senador e Daniel Vercaro. De início, o candidato negou que elas existiam. Depois, admitiu que conversou com o ex-banqueiro, mas negou qualquer irregularidade e insistiu que prestaria contas do dinheiro que pediu e recebeu de Vercaro, mas acabou afirmando que não cabia a ele prestar contas.

Isso sem contar o caso do debate com Lula a ser transmitido pela Band no próximo domingo, 18. Na terça-feira, 13, enquanto o presidente Lula anunciava que estaria presente, Flávio Bolsonaro afirmou que não iria. No dia seguinte, diante da insistência da emissora em manter o programa, ele se saiu com uma explicação quase infantil:

“Lula, como você é previsível, né? Bastou eu falar que não ia no debate da Band para você, no minuto seguinte, falar que vai no debate. É claro que eu vou no debate, eu só queria que você confirmasse.”

FERNANDO MOLICA

Jornalista e diretor-geral da revista Viver Brasil

O risco das 48 horas

Decisões e atitudes do presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Kassio Nunes Marques, levantam preocupações em relação às 48 horas anteriores à eleição e ao próprio dia do pleito: é nesse período que eleitores costumam receber avalanches de fake news capazes de influenciar o voto e que exigem medidas repressivas imediatas. Casos de urgência registrados no dia da eleição presidencial são levadas diretamente ao presidente da corte.

Além de notícias fraudulentas, há também ilegalidades ainda mais incisivas: foi no dia do segundo turno de 2022 que, por determinação do diretor-geral da Polícia Rodoviária Federal, Silvinei Vasques, houve uma série de operações em rodovias para impedir a chegada de eleitores às urnas — isso ocorreu principalmente no Nordeste, onde se concentra boa parte do eleitorado petista.

Ao saber do que ocorria, o então presidente do TSE, Alexandre de Moraes, convocou Vasques ao seu gabinete e ameaçou prendê-lo caso os bloqueiros não fossem encerrados em 20 minutos. “O Kassio faria o mesmo?”, questiona um parlamentar petista, que cita as recentes decisões do ministro favoráveis à campanha de Flávio Bolsonaro (PL). Em 2025, Vasques seria condenado por golpismo e preso no Paraguai, durante tentativa de fuga.

Em 2024, na noite de sexta-feira, 4 de outubro, menos de 48 horas antes do início da votação do primeiro turno, o candidato do

PRTB à Prefeitura de São Paulo, Pablo Marçal, publicou um laudo médico falso sobre o adversário Guilherme Boulos (Psol). Acionado, o Tribunal Regional Eleitoral, que atua em eleições municipais, mandou retirar o post horas depois.

No dia da eleição do segundo turno, o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), afirmou, em entrevista concedida pouco antes do meio-dia, que, um trabalho do setor de inteligência revelara que o PCC recomendara voto em Boulos. Tarcísio apoiava o prefeito Ricardo Nunes (MDB), que seria reeleito.

Na última semana, Marques acumulou decisões favoráveis a Flávio Bolsonaro: impediu a circulação de um jornal do Sindicato dos Petroleiros de São Paulo e, por três vezes, mandou retirar do ar um canal de Whatsapp, Exército de Lula, que divulgava informações e instruía aliados do presidente que tenta a reeleição.

Mesmo depois de o comando petista atender determinações do presidente do TSE, este mandou que o veículo ficasse 48 horas inativo: semelhante ao lulista, o canal Tropa do Flávio não foi incomodado e, na prática, ganhou uma espécie de pausa para hidratação durante a seca de dois dias imposta à força adversária. Ontem à noite, Marques voltou atrás e liberou o canal.

O histórico de Marques no TSE indica a possibilidade de risco sério de comprometimento do processo eleitoral — é preciso que, daqui até lá, o Ministério Público Eleitoral solicite, e a Justiça conceda, medidas garantir o equilíbrio da disputa.

EDITORIAL

Valorizar o professor melhora a educação

A educação é frequentemente apontada como o principal caminho para o desenvolvimento de uma nação. No entanto, essa convicção perde força quando o próprio país negligencia aqueles que têm a missão de formar as novas gerações. A falta de políticas públicas consistentes para a carreira docente, somada à desvalorização dos cursos de Pedagogia e das licenciaturas, revela uma contradição preocupante: cobra-se qualidade do ensino, mas não se oferecem condições adequadas para atrair e manter profissionais nas salas de aula.

A cada ano, a carreira do magistério parece menos atraente para os jovens que precisam escolher uma profissão. Salários pouco competitivos, jornadas exaustivas, condições precárias de trabalho e perspectivas limitadas de crescimento profissional compõem um cenário que afasta talentos. Em um mercado no qual outras áreas oferecem melhores possibilidades de remuneração e ascensão, optar pela docência tornou-se, para muitos, uma decisão que exige abrir mão de expectativas legítimas de estabilidade financeira e reconhecimento social.

O problema começa na formação. Os cursos de Pedagogia e as demais licenciaturas são essenciais para preparar educadores capazes de enfrentar os desafios de uma sociedade em constante transformação. Entretanto, a importância estratégica dessas graduações não encontra correspondência na valorização oferecida aos futuros profissionais. Quando o estudante percebe que anos de dedicação acadêmica podem resultar em baixos salários, vínculos precários e pouca segurança para construir uma vida digna, a escolha pelo magistério perde espaço.

Não basta, portanto, defender a educação em discursos oficiais ou anunciar investimentos pontuais. É necessário estabelecer uma política de Estado que assegure remuneração compatível com a responsabilidade da função, planos de carreira atraentes, formação continuada, infraestrutura adequada e condições de trabalho que preservem a saúde física e mental dos docentes. Também é fundamental garantir o cumprimento dos direitos profissionais e criar mecanismos que permitam ao professor evoluir na carreira sem abandonar a sala de aula.

Ignorar esse quadro significa comprometer o futuro do país. A escassez de professores qualificados, quando ocorre, não é um fenômeno isolado, mas consequência de escolhas políticas que relegam a educação a uma posição secundária. Sem educadores valorizados, dificilmente haverá ensino de qualidade, redução das desigualdades ou desenvolvimento sustentável.

Valorizar o professor não deve ser tratado como despesa, concessão ou favor de governos. Trata-se de um investimento indispensável. Se o Brasil deseja que os jovens voltem a enxergar no magistério uma profissão capaz de oferecer realização pessoal, respeito e segurança financeira, precisa transformar o discurso em compromisso concreto. Afinal, nenhuma nação pode aspirar a um futuro melhor enquanto torna cada vez menos promissor o trabalho daqueles que ajudam a construí-lo.

Correio da Manhã

FUNDADO EM 15 DE JUNHO DE 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929) | Paulo Bittencourt (1929-1963) | Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

www.cm.com.br

Publisher

CLÁUDIO MAGNAVITA

redacao@correiodamanha.com.br

REDAÇÃO

Affonso Nunes (editor #cm 2) Gabriela Gallo, Ive Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima (Coordenador editorial)

Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil

EDITORIA DE ARTE

Coordenação: José Adilson Nunes (projeto gráfico); Diagramação: Anderson Sá, Ricardo Gomes (projeto gráfico) e Thiago Ladeira - Marcos Lima (Gestor de TI)

TELEFONES

(21) 2042 2955 Whatsapp: (21) 97948-0452 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872

RIO DE JANEIRO

Av. João Cabral de Mello Neto 850 Bloco 2 Conj. 520 Rio de Janeiro - RJ CEP 22775-057

BRASÍLIA

ST SIBS Quadra 2 conjunto B Lt 10 - Nucleo Bandeirantes Brasília - DF CEP 71736-202

SÃO PAULO

Av. Francisco Matarazzo, 1752, sala 2317, Água Branca - São Paulo-SP, - CEP 05001-200 Campinas: Avenida Aquidabã, 766, Sala 51, Centro - Campinas-SP, CEP 13026-510

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal



Vice-presidente governou estado de São Paulo por quatro mandatos

Alckmin entra em campo para ajudar Lula a recuperar votos em SP

O vice-presidente da República e candidato à reeleição, Geraldo Alckmin (PSB), participará na próxima sexta-feira (16), às 17h, de um encontro suprapartidário com prefeitos, ex-prefeitos, vice-prefeitos e vereadores paulistas, em Hortolândia, na região de Campinas. A reunião, no espaço 101 Hall, busca ampliar o apoio à reeleição do presidente Lula(PT), inclusive entre gestores ligados ao governador Tarcísio de Freitas (Repúblicanos). A iniciativa ocorre após o candidato à Presidência, Flávio Bolsonaro (PL) reunir prefeitos e vereadores da Grande São Paulo, no último domingo (11), acompanhado de Tarcísio e do prefeito da capital, Ricardo Nunes (MDB). O encontro com Alckmin foi articulado pelo ministro do Trabalho, Luiz Marinho (PT), e integra a disputa pelo apoio de lideranças municipais no segundo turno. Alckmin, que já governou SP, virou peça chave para Lula recupar os votos perdidos no Estado.

Alesp cancela reunião com 84 projetos na pauta

A reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR) da Assembleia Legislativa de São Paulo, prevista para esta quarta-feira (14), foi cancelada. A pauta incluía 84 projetos, entre eles a criação do Dia Estadual da Primeira-Dama, o feriado estadual de conscientização do autismo, o Dia da Parada do Orgulho LGBTQ+ e o Dia da Visibilidade Travesti e Transexual. As propostas estavam previstas para análise dos deputados. A última reunião da CCJR foi realizada em 18 de agosto.



Última reunião da CCJR da Alesp foi realizada em agosto

SP registra mais de 102 mil casamentos em 2026

São Paulo contabiliza 102.424 casamentos em 2026, segundo dados do Registro Civil. Desse total, 99.966 foram entre pessoas de sexos diferentes e 2.454 entre pessoas do mesmo sexo, além de quatro registros sem identificação. A capital lidera o ranking, com 24.570 uniões, seguida por Campinas (2.963), Guarulhos (2.799), Sorocaba (2.024) e São José dos Campos (1.921). Juntas, essas cinco cidades concentram 33,5% dos casamentos registrados no estado. Os dados não detalham os meses das cerimônias.

Estado aprova cinco novos projetos habitacionais

O Grupo de Análise e Aprovação de Projetos Habitacionais (Graprohab) de São Paulo aprovou cinco empreendimentos em reunião realizada em 29 de setembro, segundo ata publicada nesta quarta-feira (14). Os projetos ficam em Itaquaquetuba, Campinas, Atibaia, Indaiatuba e Jundiá. O colegiado também registrou indeferimentos e exigências técnicas, além do cancelamento de processos habitacionais em Suzano e Vinhedo, no interior.

Fim dos wind banners

O deputado federal por SP, Paulo Soares (PODE) apresentou projeto de lei que proíbe o uso de wind banners e peças semelhantes na propaganda eleitoral em bens públicos e particulares. A proposta equipara esses materiais a cavaletes e bonecos, já proibidos, e mantém as bandeiras tradicionais. Se aprovada, a regra valerá para eleições realizadas após um ano.

Exames particulares no SUS

Pedro Uczai (PT-SC), Jonas Donizette (PSB-SP), André Figueiredo (PDT-CE) e Tarcísio Motta (PSOL-RJ) apresentaram emenda ao projeto que prevê a aceitação de exames particulares pelo SUS. A proposta permite que médicos da rede pública avaliem a validade e a qualidade dos exames antes de aceitá-los, seguindo critérios definidos pelo Ministério da Saúde.

Segurança dos peregrinos

O deputado estadual Danilo Balas (PL) apresentou na Alesp o projeto de lei que cria o Programa “Bom Caminho SP”, voltado à segurança dos peregrinos que seguem pela Rodovia Presidente Dutra até Aparecida. A proposta prevê orientações preventivas, pontos de apoio, integração dos serviços de emergência e cadastro facultativo dos romeiros.

Falso Advogado

A deputada estadual Carla Morando (PSD) apresentou projeto de lei na Alesp para combater o golpe do falso advogado. A proposta prevê campanhas educativas, verificação de identidade, cooperação entre órgãos públicos e bancos, além da criação de um cadastro sigiloso de fraudes eletrônicas. O objetivo é proteger cidadãos e advogados.

Cadela do Complexo Penal

A Secretaria de Administração Penitenciária de São Paulo autorizou a doação da cadela Havena, da raça Pastor Belga Malinois, ao servidor João Paulo Pasquarelli. O animal, de 6 anos, atuava no Complexo Penal de Lavínia e foi considerado inapto para o trabalho prisional após avaliação técnica. A decisão foi publicada no Diário Oficial de quarta-feira (14).

Testes Elétricos na CPTM

A Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) abriu licitação para contratar serviços de testes elétricos em equipamentos de segurança, como varas isolantes e detectores de tensão, utilizados na manutenção da rede elétrica. As propostas podem ser enviadas desde quarta-feira (14). A sessão pública será realizada em 30/outubro, às 9h, pelo Compras.gov.br.



Pavanato teve 161.386 votos para vereador e 3.038.438 para deputado.

Lucas Pavanato tem 89 projetos de lei na Câmara de São Paulo

Entre as propostas está a proibição de cotas para pessoas trans em concursos

Da Redação

Eleito deputado federal mais votado por São Paulo em 2026, com 3.038.438 votos, Lucas Pavanato (PL) vai deixar a Câmara Municipal da capital no fim do ano. Até o momento, o enquanto vereador, Lucas tem 89 projetos de lei associados ao seu nome no sistema legislativo. Eleito vereador em 2024, assumiu o mandato em janeiro de 2025. A relação inclui propostas individuais e em coautoria, inclusive projetos apresentados antes de sua posse, que ele aderiu posteriormente.

Durante a atuação na Câmara, Pavanato participou da aprovação de seis projetos de lei como coautor. Entre eles estão a criação do Dia da Música Clássica nas Escolas Municipais, em homenagem ao maestro João Carlos Martins, e a instituição do Dia Municipal de Combate à Violência Infantil, celebrado em 4 de junho.

Também integram a lista a Semana de Conscientização sobre a Síndrome Pós-Aborto, o Dia da Escola Bíblica e a criação de espaços reservados para pessoas neurodivergentes em estabelecimentos públicos e privados. Outra proposta aprovada prevê a alteração do nome do Viaduto “Bresser-

-Romualdo Hatty” para Viaduto “Bispa Keila Ferreira”.

Outros projetos foram apresentados e ainda estão em tramitação. Na segurança pública, Pavanato é autor de propostas para criar uma inspetoria de cavalaria na Guarda Civil Metropolitana (GCM), ampliar os treinamentos de tiro e primeiros socorros e disponibilizar kits de atendimento pré-hospitalar tático aos agentes.

Na educação, defendeu aulas de educação financeira, empreendedorismo e noções de direito, além de incentivos às olimpíadas científicas e programas de leitura e escrita nas escolas municipais.

Na saúde, propôs ampliar o número de médicos nas Unidades de Pronto Atendimento (UPAs), criar mecanismos de transparência e oferecer sensores de glicose a pacientes com diabetes tipo 1.

Entre as propostas de maior repercussão estão a proibição de cotas para pessoas trans em concursos municipais, a exigência de boletim de ocorrência para aborto decorrente de violência sexual e restrições à realização de blocos de Carnaval próximos a hospitais, escolas e templos religiosos.

Outras propostas ainda poderão ser apresentadas por Pavanato até dezembro.



Nunes atribuiu ao sistema a prisão de 3.700 foragidos

Nunes diz que Flávio fará Smart Brasil: 2 milhões de câmeras

O prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), afirmou na terça-feira (13) que Flávio Bolsonaro (PL-RJ) pretende criar um sistema de vigilância com 2 milhões de câmeras, inspirado no Smart Sampa. Segundo o Poder360, a declaração ocorreu no anúncio de apoio de 17 diretórios do MDB ao candidato no segundo turno da eleição presidencial. O programa da capital utiliza reconhecimento facial e leitura de placas para auxiliar as forças de segurança. Nunes atribuiu ao sistema a prisão de 3.700 foragidos e de 6.500 pessoas em flagrante, além da recuperação de quase 4.000 veículos roubados ou furtados. No evento, o presidente nacional do MDB, Baleia Rossi, citou o combate ao crime organizado com tecnologia entre as razões para apoiar Flávio. Também mencionou gastos públicos, agronegócio, fortalecimento de Estados e municípios e defesa da democracia nacional.

Carros e ônibus boiam em túnel após temporal

A forte chuva que atingiu São Paulo nesta quarta-feira (14) provocou alagamentos e transtornos no trânsito. No Centro, carros e ônibus ficaram cercados pela água no Túnel do Anhangabaú, que precisou ser interditado. Fotos postadas nas redes sociais mostram veículos praticamente submersos. Segundo o Centro de Gerenciamento de Emergências Climáticas (CGE), toda a capital entrou em estado de atenção para alagamentos às 15h25. A chuva também afetou avenidas importantes, como a 9 de Julho e a Santo Amaro.



Defesa Civil alerta para mais chuva nesta quinta-feira (15)

Câmara homenageia GCM por seus 40 anos

A Comissão de Segurança Pública da Câmara de São Paulo homenageou, na terça-feira (13), a Guarda Civil Metropolitana pelos 40 anos de criação e pelo Dia da Guarda Municipal, celebrado em 10 de outubro. Criada em 1986, a corporação tem quase 7 mil agentes. A secretária de Segurança Urbana, Juliana Lopes Bussacos, e o comandante-geral, Jairo Chabaribery Filho, estiveram entre os homenageados. O colegiado também aprovou pedidos de informações sobre atos obscenos em espaços públicos.

Suspeito de quebrar vidro de influencer é pego

A Polícia Civil de São Paulo prendeu um suspeito de integrar um grupo especializado em roubos de celulares na modalidade quebra-vidro. Ele é investigado pelo roubo do aparelho de uma influenciadora, ocorrido em 28 de agosto, na zona sul da capital, enquanto ela se filmava dirigindo. O homem já havia sido condenado por furto qualificado e denunciado por associação criminosa. A prisão integra as investigações sobre o grupo.

Tratamento Esgoto I

A Sabesp investirá R\$ 1 bilhão na ampliação da Estação de Tratamento de Esgoto Parque Novo Mundo, na capital paulista. A obra elevará a capacidade de tratamento de 2,5 para 6,2 mil litros por segundo até o primeiro trimestre de 2027. A previsão é beneficiar 3 milhões de moradores de São Paulo e Guarulhos, ante os atuais 2 milhões atendidos.

Tratamento Esgoto II

A unidade será a primeira da Sabesp a utilizar a tecnologia Nereda, que permite remover matéria orgânica, nitrogênio e fósforo em um único tanque, com potencial de reduzir o consumo de energia e produtos químicos. A intervenção integra o programa Integra Tietê, voltado à recuperação do rio. A secretária Natália Resende vistoriou as obras nesta quarta (14).

Vereadores deputados

Dez integrantes da Câmara Municipal de São Paulo foram eleitos deputados em 4 de outubro. Sete conquistaram vagas na Câmara Federal e três na Assembleia Legislativa. Entre os eleitos estão Lucas Pavanato (PL), Luna Zaratini (PT), Ana Carolina Oliveira (Podemos) e Thammy Miranda (PSD). Os novos mandatos começam em fevereiro de 2027

Suplentes vão assumir

As mudanças na Câmara paulistana devem beneficiar suplentes da eleição de 2024. Tenente Bahia e Tenente Nascimento podem assumir pelo PL. Também estão na lista Manoel Del Rio (PT), Janaína Lima (PP), Débora Lima (PSOL) e Carol Iara (PSOL). A convocação dependerá das renúncias e da situação de vereadores licenciados para atuar na Prefeitura.

Prazos para ausência

Eleitores que não votaram no primeiro turno, em 4 de outubro, têm até 3 de dezembro para justificar a ausência. O prazo é de 60 dias após cada turno. O pedido pode ser feito pelo e-Título, no site do TSE ou entregue em cartório eleitoral. É preciso apresentar documento que comprove o motivo da falta, a ser avaliado pela Justiça Eleitoral.

Multa e título ativo

Quem não justificar a ausência no prazo ou tiver o pedido negado deve pagar multa de R\$ 3,51 por turno. Três ausências consecutivas sem justificativa ou quitação podem levar ao cancelamento do título. A falta no primeiro turno não impede o voto no segundo, em 25 de outubro. Cada turno exige uma nova justificativa para quem faltar.



O plano ainda depende da aprovação do conselho do clube

Jockey anuncia acordo para quitar dívida municipal

Plano com BTG Pactual prevê R\$ 228 milhões e exige um aval do conselho

Da **Redação**

O Jockey Club de São Paulo anunciou à CPI que investiga a entidade um acordo com o BTG Pactual para financiar o pagamento de sua dívida com o município. O plano apresentado na Câmara de SP ainda depende da aprovação do conselho do clube. Segundo os representantes da instituição, a aplicação dos descontos do Programa de Transação Tributária reduz o valor a pagar para R\$ 228 milhões.

A comissão ouviu o presidente Vicente Renato Paolillo, em seu segundo depoimento, e o sócio e conselheiro Renato Junqueira Filho. De acordo com a apresentação, a dívida com a Prefeitura é de cerca de R\$ 800 milhões. O passivo total mapeado pelo clube chega a R\$ 1,3 bilhão e inclui obrigações tributárias, trabalhistas e também cíveis.

Junqueira explicou que os recursos da instituição financeira serão usados para viabilizar a quitação dos passivos. Um modelo prevê a construção de um novo clube, com capacidade para cerca de 14 mil frequentadores. A venda de títulos deverá gerar receitas para cumprir as obrigações assumidas com o banco.

O projeto contempla um parque de uso público de 85

mil metros quadrados e espaços voltados a lazer, gastronomia, comércio e entretenimento. A gestão, que assumiu em 2026, informou que pretende recuperar as finanças da entidade e preservar o turfe. Medidas foram apresentadas como parte da proposta de reorganização do Jockey.

Paolillo afirmou que o clube busca esclarecer as pendências investigadas pela CPI. Sobre os descontos, argumentou que as condições decorrem de uma lei municipal e não são exclusivas da instituição. O presidente também disse que parte dos valores cobrados é contestada na Justiça e não é reconhecida.

O presidente da CPI, Gilberto Nascimento (PL), avaliou favoravelmente o plano de financiamento, mas destacou que sua execução depende do aceite dos membros do Jockey. Ele citou os descontos previstos e afirmou que, se o clube não pagar a dívida, terá de entregar a área.

Roberto Tripoli (PV) questionou a redução do débito e defendeu que a Câmara acompanhe o processo. Ele diz que o município deixaria de receber mais de R\$ 400 milhões. Ele também contestou a viabilidade do modelo apresentado e citou a existência de apenas 400 sócios.



Proposta de reflexão é do vereador Ailton da Farmácia (PSB)

Projeto cria grupos de reeducação para autores de violência doméstica

O vereador Ailton da Farmácia (PSB) protocolou na Câmara Municipal um Projeto de Lei que cria o programa “Tempo de Superação”, voltado à criação de grupos de reeducação e responsabilização para autores de violência doméstica. A proposta atende homens encaminhados pelo sistema de Justiça, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública, além de permitir adesões voluntárias. Estabelece a oferta de atendimento individual e o acompanhamento de equipes multidisciplinares aos participantes, com atuação focada no período de vigência das medidas protetivas. As reuniões abordam os dispositivos da Lei Maria da Penha, as modalidades de violência contra a mulher, a desconstrução de condutas machistas e a promoção de relações de igualdade. Segundo a justificativa do parlamentar, a iniciativa atua na prevenção primária e no combate às causas da conduta violenta.

Prevenção e responsabilização

A proposta busca interromper a reincidência das agressões por meio do debate, sem alterar o cumprimento das punições, das decisões judiciais ou das medidas protetivas em vigor. “É uma ação complementar para interromper o ciclo da violência”, declara o vereador. “Não basta endurecer as penas se não enfrentarmos também a origem do comportamento violento. Precisamos responsabilizar esses homens, fazê-los refletir sobre suas atitudes e trabalhar para que a agressão não se repita”.

Cantinho do Jequitibás: “Aula Suspensa”

Entre as sugestões de pauta encaminhadas pela prefeitura à imprensa, sobre os feitos do Poder Executivo, encontra-se a instalação da obra “Aula Suspensa”, no Taqueral. A estrutura é composta por carteiras escolares, transformadas em balanços, dispostos em círculo. “Crianças e adultos podem balançar e reinventar o uso do mobiliário escolar em uma atividade coletiva, que alia cultura e lazer”, informa a nota. O projeto é itinerante e já esteve em outras cidades, antes de chegar a Campinas.

KARINA BACCI



Em “Aula Suspensa”, carteiras são transformadas em balanços

“Olhar para a infância com força política”

O trabalho permanecerá na Lagoa do Taquaral, com acesso pelo portão 6, de 16 de outubro a 15 de novembro, com visita diária, das 6h às 21h. “Propõe olhar para a infância como força política e criativa, capaz de renovar o convívio urbano. Cada obra funciona como um dispositivo de encontro, jogo e reflexão, em que as crianças exercitam modos de escuta, decisão e elaboração comum”, acrescenta o comunicado.

PINGA-FOGO

Semana de Conciliação

O Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região recebe até 19 de outubro a inscrição de processos para a XXI Semana Nacional da Conciliação, a ser realizada de 3 a 6 de novembro. Promovida anualmente pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), mobiliza magistrados e servidores para aproximar trabalhadores e empregadores por meio de soluções consensuais.

Processos simplificados

Diante do quadro histórico de morosidade e formalismo excessivo dos tribunais, o empenho em simplificar processos desponta como medida fundamental para assegurar rapidez às partes. Ao convocá-las à negociação direta, a Justiça do Trabalho reafirma a primazia da autocomposição sobre a controvérsia judicial prolongada.

Campanha anual

Instituída em 2006 pelo CNJ, a campanha integra a Política Judiciária Nacional de Tratamento Adequado dos Conflitos de Interesses. O diferencial reside na flexibilidade nos procedimentos, permitindo a repactuação de obrigações mesmo na fase de execução, quando os débitos fixados em sentença costumam postergar o desfecho da demanda.

Como participar

Trabalhadores e empregadores interessados podem solicitar a inclusão de suas demandas diretamente nas unidades judiciais ou por intermédio de seus advogados. Assim, a desburocratização aproxima o Judiciário do cidadão e materializa o princípio constitucional da razoável duração do processo.

TRT-15

Ao priorizar o entendimento direto e desprover o trâmite de entraves desnecessários, o TRT-15 demonstra que a modernização da Justiça passa, impreterivelmente, pela simplificação das relações judiciais. Ao transformar o diálogo em ferramenta central de pacificação, simplifica os caminhos.

Redução de litígios

A consolidação de práticas consensuais no âmbito trabalhista reforça o compromisso institucional com a prestação jurisdicional efetiva, reduz litígios prolongados e entrega respostas céleres às demandas sociais, assegurando pleno respeito aos direitos de trabalhadores e empregadores que dela necessitam.



A carga das urnas será a segunda etapa do processo feito pelo TSE

Campinas prepara 2.800 urnas para 870 mil eleitores

Conta com 870.672 eleitores aptos, 2.532 seções ativas e 267 locais de votação

Por **Raquel Valli**

Campinas começou a preparação das urnas eletrônicas para o segundo turno das eleições presidenciais. O prazo termina dia 23 com o transporte dos equipamentos previsto para a véspera do pleito, marcado para 25 de outubro.

A cidade conta com 870.672 eleitores aptos, 2.532 seções ativas e 267 locais de votação. Serão preparadas 2.532 urnas, além de mais 10% de equipamentos, em regime de contingência. O trabalho conta com 10.128 mesários treinados pelas zonas eleitorais locais.

PROCESSO

O protocolo do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) é dividido em três etapas: a primeira é a gravação das mídias com os dados do eleitorado de cada seção e a lista de candidaturas; já a segunda, a carga e inseminação de dados nas máquinas e, por fim, a terceira, a lacração física e eletrônica dos equipamentos. Na segunda fase, especificamente, é quando ocorrem os testes de teclado, visor e sinal sonoro das urnas.

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Kassio Nunes Marques, reforçou a necessidade de orientar as equipes que atua-

ção no 2º turno sobre a proibição do uso de aparelhos eletrônicos, como smartphones, que possam captar imagens, comprometendo o sigilo da votação. “A proteção da liberdade e do segredo do voto é uma responsabilidade central da Justiça Eleitoral”, declarou.

O ministro manifestou-se ainda sobre a organização necessária ao bom andamento do pleito. “A adequada orientação de mesários e mesárias, a acessibilidade, a correta identificação das seções, o atendimento às pessoas que necessitem de apoio e a solução rápida das ocorrências têm impacto direto na experiência da eleitora e do eleitor”.

JUSTIFICATIVA DE AUSÊNCIA

Quem não votou no primeiro turno em 4 de outubro tem até 3 de dezembro para apresentar justificativa, por meio do aplicativo e-Título, do sistema de autoatendimento eleitoral - pelo portal do TRE-SP (www.tre-sp.jus.br) ou do Tribunal Superior Eleitoral (www.tse.jus.br) - ou ainda presencialmente nos cartórios eleitorais.

A ausência na primeira votação não impede o voto no segundo turno. Caso a justificativa seja rejeitada ou entregue fora do prazo, a multa é de R\$ 3,51 por turno.

Campinas antecipa Operação Chuvas de Verão por causa dos efeitos do El Niño

Campinas acumulou 804 milímetros de chuva até setembro, alta de 29,8% em relação a 2025

Da Redação

Campinas inicia nesta quarta-feira (14) a Operação Chuvas de Verão 2026/2027, antecipada por causa dos efeitos previstos do fenômeno El Niño. A ação reúne secretarias municipais e órgãos externos para prevenir riscos, monitorar as condições meteorológicas e agilizar o atendimento a ocorrências relacionadas às chuvas. O plano segue até 31 de março de 2027.

O decreto nº 24.684, de 13 de outubro, que estabelece as diretrizes da operação e institui o Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil (PCPDC), foi publicado no Diário Oficial do Município desta quarta-feira. A medida havia sido anunciada pela Prefeitura na semana passada. 7

A antecipação ocorre em um período de volumes elevados de precipitação na cidade. Entre janeiro e setembro de 2026, Campinas acumulou 804 milímetros de chuva, 29,8% a mais que os 619 milímetros registrados nos mesmos meses de 2025.

Somente em setembro, o volume chegou a aproximadamente 322 milímetros, segundo dados do Centro de Pesquisas Meteorológicas e Climáticas Aplicadas à Agricultura (Cepagri), da Unicamp. O índice ficou 419% acima da média histórica



CARLOS BASSAN/PREFEITURA DE CAMPINAS

Campinas inicia a Operação Chuvas de Verão antecipada por causa dos efeitos previstos do fenômeno El Niño

para o mês, de 62 milímetros, e foi quase sete vezes superior aos 48 milímetros registrados em setembro do ano passado.

Nos primeiros 12 dias de outubro, o acumulado alcançou 139,2 milímetros, superando os 117 milímetros registrados durante todo o mês de outubro de 2025.

CHUVA AUMENTA N° DE BURACOS

O excesso de água também contribui para a deterioração do asfalto e o surgimento de buracos nas ruas. Segundo a

Prefeitura, a chuva penetra em fissuras e trincas do pavimento, atinge as camadas de sustentação e compromete a estrutura da via. A passagem de veículos sobre o asfalto molhado agrava o desgaste.

O coordenador regional e diretor da Defesa Civil de Campinas, Sidnei Furtado, afirma que a cidade atravessa um período climático atípico. “Estamos passando por um período atípico relacionado ao clima. Tivemos uma alta nos índices de chuva na nossa cidade. Está sendo um

período muito chuvoso. Praticamente não tivemos estiagem rigorosa este ano”, disse.

As precipitações também dificultam a manutenção das vias. O serviço de tapa-buracos depende de condições adequadas de secagem para garantir a aderência da massa asfáltica e a compactação do material. Com umidade excessiva, o reparo pode perder resistência e apresentar novas falhas.

O secretário municipal de Serviços Públicos, Ernesto Pauleda, informa que as equipes

realizam, em média, o reparo de 13 mil buracos por mês. Com o aumento das chuvas, a previsão é que a demanda dobre. Para acelerar o atendimento, a Prefeitura também utiliza cerca de 3 mil sacos de massa asfáltica fria para reparar pequenos danos. Durante a Operação Chuvas de Verão, a Defesa Civil utiliza estações meteorológicas para acompanhar índices como volume de chuva, umidade do ar, temperatura, velocidade e direção dos ventos e pressão atmosférica. Os dados são transmitidos automaticamente ao órgão e subsidiam decisões preventivas.

As informações podem orientar medidas como o fechamento de parques e unidades escolares, a verificação das condições das vias em conjunto com a Empresa Municipal de Desenvolvimento de Campinas (Emdec) e ações para reduzir os impactos das altas temperaturas. O plano também prevê o monitoramento de áreas de risco, a orientação da população e a mobilização de equipes para atendimento rápido em emergências.

Segundo Sidnei Furtado, a antecipação permite preparar os diferentes setores para agir diante das condições meteorológicas. A população pode comunicar ocorrências à Defesa Civil pelo telefone 199.

Unicamp aplica primeira fase do Vestibular 2027 no domingo (18), às 9h

Da Redação

A Unicamp aplica no próximo domingo (18) a prova de primeira fase do Vestibular Unicamp 2027. O exame começa às 9h. A orientação é para que os candidatos cheguem aos locais com uma hora de antecedência. O tempo máximo de prova na 1ª fase é de cinco horas. Os candidatos só poderão deixar o local de exame após duas horas do início.

Os locais de prova podem ser consultados na Área do Candidato no site da Comvest. A Comvest também está enviando aos candidatos uma mensagem com a informação do local e as orientações para a prova. Estão inscritos no processo 58.431 candidatos, que irão concorrer a 2.523



ANTONIO SCARPINETTI/UNICAMP

Unicamp aplica primeira fase do Vestibular 2027 no domingo

vagas, em 70 cursos de graduação.

Os vestibulandos devem levar ao local de prova o documento de identidade indicado na inscrição, caneta de cor preta em material transparente, lápis preto e bor-

racha. É permitido o uso de régua transparente e compasso. Os candidatos podem levar suas próprias garrafas de água, doces, balas, refrigerantes e alimentos leves que podem ser consumidos durante a prova.

Saldo de MEIs registra alta de 8,7% no mês de setembro

Da Redação

O município de Campinas registrou alta de 8,7% no número de Microempreendedores Individuais (MEIs) em setembro de 2026, na comparação com o mesmo mês do ano passado. O número passou de 837 em setembro de 2025 para 910 em setembro deste ano. Os dados consideram a diferença entre o número de empresas abertas e fechadas no período e foram levantados pela Prefeitura, com base em informações do Portal do Empreendedor, do Governo Federal.

PERDÃO DE DÍVIDAS DE MEIS

O Governo Federal anunciou na terça-feira (13), um conjunto de medidas voltadas a quem trabalha por conta própria e mantém um pequeno negócio. Denominadas

Prospera MEI, as iniciativas buscam enfrentar dificuldades dos microempreendedores individuais, como dívidas acumuladas, limitações para crescer, dificuldade de acesso a recursos para investir e exigências burocráticas.

O conjunto reúne cinco medidas: proposta de perdão integral de dívidas tributárias, compra de dívidas bancárias pelo Governo Federal, apoio produtivo de até R\$ 5 mil sem necessidade de devolução, ampliação do teto de faturamento e dispensa de emissão de nota fiscal nas vendas a pessoas físicas. O governo anunciou o envio ao Congresso do PL que prevê o perdão integral das dívidas dos MEIs com a União. A proposta pode beneficiar cerca de 3,6 milhões de microempreendedores, com débitos que somam R\$ 12,6 bilhões.

CORREIO
DA REGIÃO

DIVULGAÇÃO / CÂMARA DE NOVA ODESSA



Decisão reverte parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas

Nova Odessa aprova contas de 2022 contra parecer do TCE-SP

A Câmara de Nova Odessa aprovou, por seis votos a três, as contas da Prefeitura referentes a 2022, durante sessão ordinária na terça-feira (13). A decisão reverte o parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP), que havia recomendado a rejeição das contas do Executivo. O projeto de decreto legislativo foi apresentado pela Comissão de Finanças e Orçamento. Votaram contra a aprovação os vereadores Elvis Pelé (PL), André Faganello (Podemos) e Paulinho Bichof (Podemos). A proposta estava prevista para votação em setembro, mas recebeu pedido de vista de Faganello, que defendeu o acolhimento integral do parecer do tribunal. Com a aprovação, o Legislativo formalizou seu entendimento favorável às contas municipais, contrariando a avaliação do órgão de controle externo. A análise foi registrada no processo TC-004267.989.22-6, referente ao exercício de 2022.

Sumaré aprova o ‘Dia do Patriota’ no calendário

Sumaré aprovou, o projeto de lei que inclui o Dia do Patriota no calendário oficial do município. A proposta, de autoria do vereador Tião Correa, recebeu 15 votos favoráveis e um contrário, de Geraldo Medeiros, e segue para sanção do prefeito Henrique do Paraíso. A data será celebrada anualmente em 21 de março, com atividades nas escolas municipais sobre os símbolos nacionais, a Independência do Brasil e o significado do patriotismo. O texto também prevê reflexões sobre o futuro do país.

DIVULGAÇÃO/CÂMARA DE SUMARÉ



Proposta prevê sobre símbolos nacionais e patriotismo na cidade

Santa Bárbara d’Oeste aprova projetos de saúde

A Câmara de Santa Bárbara d’Oeste aprovou dois projetos de lei na sessão de terça-feira (13). Um prevê campanha de conscientização sobre burnout infantil associado ao uso excessivo de telas; o outro cria um programa de prevenção de doenças cardiovasculares em academias. A votação do projeto que inclui a Marcha para Jesus no calendário oficial foi adiada. A sessão também teve moções, debate sobre a defesa da vida e manifestação de auxiliares de desenvolvimento infantil que reivindicam enquadramento na carreira do magistério.

Sumaré lidera crédito na Região do Polo Têxtil

Sumaré lidera o volume de crédito do Banco do Povo Paulista na Região do Polo Têxtil, com R\$ 1,32 milhão em 74 operações em 2026, alta de 28,8% sobre todo o ano de 2025. Hortolândia aparece em segundo lugar, com R\$ 851 mil em 44 contratos, seguida por Americana, com R\$ 694 mil em 39 operações. Nova Odessa registrou R\$ 226 mil e Santa Bárbara d’Oeste, R\$ 123 mil. Juntas, as cinco cidades somam R\$ 3,22 milhões em 183 operações.

Revisão do Plano Diretor

A revisão do Plano Diretor Participativo de Vinhedo reuniu 408 pessoas em encontros nos quatro setores da cidade. Moradores podem enviar sugestões até segunda-feira (19), por formulário on-line ou pelo e-mail revisaopdpv@vinhedo.sp.gov.br. A proposta abrange diretrizes de desenvolvimento urbano, zoneamento e uso do solo.

Consultas agendadas

Monte Mor implantou atendimento médico sem agendamento nas unidades de Saúde da Família, de segunda a sexta-feira, das 7h30 às 9h e das 15h às 16h. A iniciativa busca ampliar o acesso à Atenção Primária e reduzir a procura por serviços de urgência. Consultas agendadas e acompanhamentos de rotina continuam nos demais horários.

Recesso de prefeito

O prefeito de Indaiatuba, Dr. Custódio Tavares, entra em férias a partir desta quarta-feira (14) e ficará afastado até 2 de novembro. Durante o período, o vice-prefeito Dr. Luiz Carlos Chiaparine assume o comando do município por 20 dias. A licença, autorizada pelo Decreto Legislativo nº 487/26, também permite eventual viagem ao exterior.

Sessão Ordinária

Vinhedo aprovou por unanimidade 37 moções e três requerimentos durante a 75ª Sessão Ordinária, realizada na terça-feira (13). Os vereadores também receberam três projetos de autoria do Executivo, sobre o quadro da Educação e do Magistério, regras para cobrança de dívidas tributárias e a criação do Código Municipal de Justiça Desportiva.

Fiscalização MP

O Ministério Público de São Paulo (MPSP) vai fiscalizar a Promotoria de Justiça de Hortolândia de 19 a 23 de outubro. Serão analisados processos físicos e digitais. No dia 19, às 14h, o corregedor-geral receberá pessoas que queiram fazer reclamações sobre o trabalho ou a conduta dos promotores. O atendimento pode ser agendado por telefone.

Armários para estudantes

O vereador Juninho Laluepe de Paulínia propõe a instalação de armários nas escolas municipais para reduzir o peso do material escolar carregado pelos alunos. A implantação poderia ocorrer de forma gradual, conforme a estrutura e a demanda de cada unidade. Também foram solicitadas mais câmeras no Parque das Flores e tapa-buracos e reparos



Proposta recebeu 17 votos favoráveis e uma ausência

Americana aprova a exigência de ensino superior para secretários

Proposta estabelece formação como requisito para ocupar cargos executivos

Da Redação

A Câmara de Vereadores de Americana aprovou, em 1ª discussão, o Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 2/2026, que prevê a exigência de formação superior para secretários municipais e diretores de departamentos. De autoria do vereador Dr. Wagner Rovina, a proposta recebeu 17 votos favoráveis e registrou uma ausência durante sessão extraordinária realizada na terça-feira (13), no Plenário Dr. Antônio Álvares Lobo.

O texto estabelece que os ocupantes desses cargos tenham diploma de curso superior reconhecido pelo Ministério da Educação, preferencialmente compatível com a área de atuação da respectiva pasta ou órgão. A proposta também prevê uma ressalva relacionada a notório saber, experiência profissional ou liderança reconhecida na área de atuação.

Além da qualificação, o projeto trata dos requisitos e impedimentos aplicáveis à nomeação dos auxiliares diretos do prefeito. A redação proposta para o artigo 67 da Lei Orgânica Municipal determina a observância da legislação aplicável e mantém a obrigação de apresentação de declaração pública de bens na

posse e no término do exercício do cargo. O texto também prevê que esses agentes estejam sujeitos aos mesmos impedimentos aplicáveis aos vereadores enquanto permanecerem nas funções.

A proposta cita as Leis Municipais nº 5.110/2010, nº 5.888/2016 e nº 6.548/2021. Na justificativa, Rovina afirma que a alteração busca atualizar a legislação municipal e estabelecer parâmetros para a ocupação dos cargos, sem modificar a estrutura administrativa nem retirar do prefeito a prerrogativa de nomear e exonerar seus auxiliares.

O vereador também relaciona a iniciativa aos princípios da Administração Pública previstos no artigo 37 da Constituição Federal, como legalidade, moralidade, impessoalidade, publicidade e eficiência. Segundo ele, a medida pretende fortalecer a transparência, a profissionalização da gestão pública, a segurança jurídica e a eficiência administrativa, além de aproximar a legislação municipal das práticas de governança pública.

O projeto ainda precisa ser aprovado em segunda discussão para concluir a tramitação legislativa. A nova votação está marcada para dia 20.



Em Sorocaba operação prende 15 por tráfico e ligação ao PCC

Em Sorocaba operação prende 15 por tráfico e ligação com o PCC

A Polícia Civil prendeu 15 pessoas na Operação Disciplina, deflagrada na quarta-feira (14) pelo Deic e pela Dise para combater o tráfico de drogas e a atuação de uma organização criminosa na região de Sorocaba. A ofensiva cumpriu 22 mandados de busca e apreensão e 15 de prisão temporária em cinco municípios paulistas: Sorocaba, Araçoiaba da Serra, Capela do Alto, Piedade e Iperó. As investigações iniciadas em dezembro revelaram que o grupo possui ligações com o PCC, atuando na fiscalização de regras internas e na mediação de conflitos entre os integrantes da facção. Durante a ação policial, que contou com apoio do GOE, da Seccional e da Guarda de Araçoiaba, foram apreendidos veículos, dinheiro em espécie e porções de entorpecentes. Dos 15 detidos, três foram pegos em flagrante e cinco já estavam presos. Os investigados responderão por tráfico, associação e organização criminosa.

Câmara debate LOA de 2027 em Sorocaba

Câmara de Sorocaba realizou audiência pública para debater o Projeto de Lei do Orçamento Anual (LOA) de 2027, ontem, com um valor estimado em R\$ 6,4 bilhões. Quatro pastas apresentaram seus orçamentos: a Secretaria Jurídica prevê R\$ 38,2 milhões; o Parque Tecnológico terá R\$ 8,1 milhões; a Secretaria da Mulher contará com R\$ 4,8 milhões para eixos de combate à violência e empregabilidade; e a Secretaria de Relações Institucionais projeta R\$ 2,5 milhões. As discussões seguem até a semana que vem.



Câmara debate Orçamento de Sorocaba

Itararé abre vagas para estágio municipal

A Prefeitura de Itararé (SP) abriu inscrições para um processo seletivo de estágio destinado a estudantes do ensino técnico e superior. As oportunidades visam a formação de cadastro reserva para a administração municipal em diversas áreas de atuação. O estágio terá jornada de 30 horas semanais, com remuneração mensal de R\$ 1,1 mil, além de auxílio-transporte de R\$ 2 por dia trabalhado. Os interessados devem se inscrever gratuitamente pela internet, no site do CIEE, até a próxima segunda-feira, dia 19 de outubro.

Poupatempo Móvel atende em Porangaba

O Poupatempo Móvel está oferecendo atendimentos em Porangaba até o próximo sábado (17), no Calçadão de Eventos, ao lado do Terminal Rodoviário. A carreta realiza a emissão da Carteira de Identidade Nacional (CIN), consultas sobre veículos e orientação sobre serviços digitais. O atendimento ocorre por ordem de chegada, das 10h às 16h até sexta, e das 9h às 13h no sábado. É preciso apresentar certidão e CPF.

Ato de apoio a Lula

Apoiadores do presidente Lula (PT) lotaram a Praça Frei Baraúna, em Sorocaba (SP), em ato para o segundo turno, ontem. O evento teve a presença do ministro Guilherme Boulos, sindicatos e movimentos sociais. Mesmo com chuva, o público ocupou o centro em com pautas de defesa da democracia, dos direitos sociais e da soberania do país.

Multas na região

O sistema Free Flow registrou 42 mil multas por evasão de pedágio na região de Sorocaba. Os motoristas que passaram pelas praças automáticas sem efetuar o pagamento têm até novembro para regularização e evitar pontos na CNH. A tarifa deve ser paga em até 30 dias pelos canais oficiais da concessionária, como site, aplicativo ou WhatsApp.

Vestibular Fatec

As inscrições para o Vestibular das Fatecs seguem abertas até 6 de novembro. Sorocaba (SP) lidera a oferta de cursos na região, com 413 das 1.135 vagas em cursos gratuitos na unidade “José Crespo Gonzales”. A seleção tem taxa de R\$ 90 e a prova presencial será realizada no dia 13 de dezembro. Inscrições pelo site oficial do Paula Souza.

Oportunidade em Salto

O Posto de Atendimento ao Trabalhador (PAT) de Salto (SP) promove hoje um mutirão de emprego voltado para diversas áreas do mercado de trabalho. A ação busca aproximar os candidatos das vagas disponíveis na cidade. Os interessados devem comparecer à sede do PAT munidos de RG, CPF, carteira de trabalho e currículo atualizado.

Rede de apoio em Jundiaí

Jundiaí (SP) oferece apoio psicológico gratuito para pacientes em tratamento contra o câncer e seus familiares. O acompanhamento é feito por equipes especializadas na rede municipal de saúde para auxiliar no enfrentamento emocional da doença. O acesso ao serviço ocorre mediante encaminhamento nas unidades do município.

Itu debate orçamento

A Câmara de Itu (SP) realiza nesta quinta-feira (15), a partir das 18h, audiência sobre a Lei Orçamentária de 2027. O projeto prevê recursos para o município, entre as pautas do dia estão os valores em saúde e educação. A população pode participar do debate e acompanhar o planejamento das receitas e despesas da prefeitura para o próximo ano.



As moedas apreendidas no esquema não tinham valor real

Justiça condena oito réus por criptogolpe em Sorocaba

Decisão impõe até oito anos de prisão e R\$ 2,4 milhões em indenização

Da **Redação**

Cinco anos após a deflagração da Operação Criptogolpe pelo Gaeco e pela Polícia Civil, a Justiça definiu a sentença em primeira instância para os envolvidos em um esquema de pirâmide financeira e fraude com moedas virtuais em Sorocaba e em outras cidades da região. A decisão, proferida pela 1ª Vara Criminal, condenou oito réus a pena de prisão e determinou o pagamento de reparação financeiras às vítimas. Outros três acusados foram absolvidos por falta de provas.

A maior pena foi atribuída a José Carlos de Mello Mas, apontado pelo Ministério Público como o idealizador e líder do grupo. Ele foi sentenciado a 8 anos, 3 meses e 5 dias de reclusão em regime inicial fechado, além do pagamento de dias-multa. Os demais condenados, Santiago Gasull Fernandez, Cleuder Valim, Antonio Carlos Barbosa Paes Landim, Rafael Camargo Dourado, Mateus Ribeiro Simão, Lucas de Lima Garcia e Helder José de Araújo Queiroz, receberam penas que variam entre 4 e 7 anos de reclusão, estabelecidas em regime inicial semiaberto.

A sentença também fixou o montante mínimo de R\$

2.465.000,00 para a reparação dos danos materiais causados aos investidores lesados. A investigação teve início a partir da representação de uma das vítimas, que relatou ter sofrido um prejuízo individual superior individual superior a R\$ 700 mil ao confiar seus recursos à organização.

Segundo os autos, a quadrilha utilizava uma sofisticada estratégia publicitária para simular a solidez e credibilidade empresarial. O dinheiro das vítimas era captado por meio de campanhas divulgadas em redes sociais e em emissoras de televisão, além disso, influenciadores digitais também participavam da divulgação. O valor arrecado, contudo, nunca era revertido para aplicações no mercado financeiro ou em ativos virtuais, as chamadas criptomoedas.

Durante os mandados que foram realizados em 2021 nas cidades de Sorocaba, Araçoiaba da Serra, Barueri e São Paulo, os agentes apreenderam veículos de luxo, documentos e um certificado falso de conta no exterior que ostentava um saldo fictícios de mais de R\$ 140 milhões. Ainda cabe recurso ao Tribunal de Justiça. Os advogados dos réus informaram que irão recorrer da condenação.

CORREIO
ECONÔMICO

TOMAZ SILVA/AGÊNCIA BRASIL



Com o resultado, atividade está 19,9% acima do nível pré-pandemia

Confiança da indústria sobe no mês, mas setor segue pessimista

O Índice de Confiança do Empresário Industrial (Icei) subiu 1,3 ponto em outubro, para 46,2 pontos, segundo pesquisa divulgada nesta quarta-feira (14) pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). Apesar da melhora, o indicador permanece abaixo dos 50 pontos, faixa que separa a confiança da falta de confiança. Com isso, a indústria brasileira completa 22 meses consecutivos sem confiança.

O avanço foi impulsionado pela melhora nas expectativas dos empresários para os próximos seis meses. Em contrapartida, a avaliação sobre as condições atuais das empresas e da economia piorou, atingindo o menor nível desde julho de 2020, durante a pandemia de covid-19.

O Índice de Expectativas, que mede as perspectivas para os próximos seis meses, subiu 2,1 pontos em outubro, alcançando 49,3 pontos.

Marco Legal dos Jogos Eletrônicos

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou na quarta-feira (14) o decreto que regulamenta o Marco Legal da Indústria de Jogos Eletrônicos, sancionado em 2024. A medida estabelece diretrizes para fortalecer o setor por meio de ações voltadas à produção nacional, inovação tecnológica, qualificação profissional, internacionalização e proteção da propriedade intelectual. Segundo o governo, a regulamentação busca dar segurança jurídica ao segmento e estimular o desenvolvimento da indústria de jogos.

MARCELLO CASAL JR/AGÊNCIA BRASIL



Decreto abre mecanismos de fomento cultural aos produtores

Fim do prazo pra bancos devolverem R\$ 1,3 bi

Acabou na quarta-feira (14) o prazo para os bancos e as instituições financeiras devolverem cerca de R\$ 1,325 bilhão que permaneceu nas contas de apostadores após o encerramento das plataformas de apostas on-line, determinado pela Medida Provisória (MP) 1.394/2026, do governo federal. A restituição, que começou na última sexta-feira (9), deve beneficiar aproximadamente 26,5 milhões de apostadores. O prazo para retirar voluntariamente os valores nas plataformas terminou às 23h59 de do último dia 5.

Perdão de dívidas de MEIs terá impacto fiscal

O projeto de lei complementar que prevê o perdão de dívidas de microempreendedores individuais (MEIs) terá impacto fiscal de R\$ 3,04 bilhões entre 2027 e 2029, informou na noite desta terça-feira (13) o Ministério da Fazenda. A proposta, encaminhada pelo governo federal ao Congresso Nacional, abrange débitos inscritos na Dívida Ativa da União e busca beneficiar milhões de pequenos empreendedores.

Agropecuária I

O acordo comercial entre o Mercosul e a União Europeia impulsionou em 30,7% as exportações brasileiras para o bloco europeu entre maio e setembro, na comparação com o mesmo período dw 2025. O dado foi divulgado na terça-feira (13) pelo ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Márcio Elias Rosa, em Brasília.

Agropecuária II

No acumulado até setembro, as exportações brasileiras para a UE somaram US\$ 44,17 bi, um crescimento de 20% em relação aos nove primeiros meses de 2025. O ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, também destacou os resultados do acordo e confirmou que o comércio bilateral aumentou mais de US\$ 6 bilhões.

Dinheiro esquecido I

O Banco Central (BC) informou nesta terça-feira (13) que ainda há R\$ 5,79 bilhões em dinheiro esquecido em bancos e outras instituições financeiras. Os valores, contabilizados até agosto de 2026, podem ser consultados por pessoas físicas, incluindo falecidos, e empresas por meio do Sistema Valores a Receber (SVR).

Dinheiro esquecido II

Do total disponível, R\$ 4,31 bilhões pertencem a 23,94 milhões de pessoas físicas. Outros R\$ 1,48 bilhão são destinados a 2,36 milhões de empresas.

O montante representa uma alta de 2,6% em relação aos R\$ 5,65 bilhões registrados no mês anterior, indicando uma retomada do crescimento dos recursos disponíveis para resgate

Dólar

A moeda estadunidense voltou a ficar acima de R\$ 5, apesar da queda no exterior. A bolsa brasileira caiu 1,04%, pressionada por ajustes após as máximas históricas e pelo cenário eleitoral. No mercado internacional, o petróleo fechou sem direção, com o barril internacional recuando e o barril dos Estados Unidos encerrando em alta.

Ibovespa

O Ibovespa fechou em queda de 1,04%, aos 206.887,52 pontos, após oscilar entre a mínima de 206.146,15 pontos e a máxima de 209.071,98 pontos. O volume financeiro negociado na sessão somou R\$ 45,63 bilhões. O pregão foi marcado por ajustes nas posições dos investidores após o índice atingir recordes históricos na semana anterior.



Durigan participou do 4º Congresso de Direito Tributário e Aduaneiro.

Durigan defende Receita como plataforma de inteligência

Informações do Fisco podem orientar políticas e ampliar eficiência

Da **Redação**

A Receita Federal deve ser vista sobretudo como ferramenta estratégica do Estado brasileiro, e não só como órgão de arrecadação e fiscalização. Segundo o ministro da Fazenda, Dario Durigan, o grande volume de informações reunidas pelo Fisco pode orientar políticas públicas, aperfeiçoar mecanismos de controle e aumentar a eficiência da atuação estatal.

Durigan participou, nesta quarta-feira (14), da abertura do 4º Congresso de Direito Tributário e Aduaneiro.

“Vejo a Receita como plataforma de inteligência do Estado brasileiro, mais do que um mero órgão que tem que coletar tributo.”

A avaliação do ministro tem por base quatro frentes relacionadas à Receita, destacadas em seu discurso: atuação como infraestrutura crítica do Estado; uso de dados para subsidiar políticas públicas; modernização da fiscalização por meio da análise de informações agregadas; incorporação de inteligência artificial.

“A Receita precisa contribuir mais para o desenho de políticas públicas”.

Segundo ele, as informações produzidas pelo órgão

podem auxiliar Executivo, Legislativo, Judiciário e órgãos de controle em tomadas de decisão.

O ministro defendeu mudança de paradigma, com maior uso de dados para identificar padrões e anomalias. Como exemplo, citou o trabalho conjunto da Receita com a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), ao monitorar os efeitos da desoneração de combustíveis.

“A fiscalização que nós estamos pedindo é uma fiscalização que olha para o dado agregado”, afirmou, ao destacar, nesse contexto, o potencial da inteligência artificial.

De acordo com ele, o volume de dados que passará a ser compartilhado entre União, estados e municípios, com a implementação da reforma tributária, ampliará significativamente a capacidade analítica da Receita.

Como exemplo das possibilidades abertas por esse modelo, o ministro citou a Operação Carbono Oculto, investigação que apura estruturas de lavagem de dinheiro usadas para ocultar os reais controladores de empresas ligadas ao setor de combustíveis, incluindo a aquisição de uma das maiores distribuidoras do país.



REINALDO CAMPOS/ SANTOS F.C.

Show do BTS impede a realização da partida no estádio Morumbis

Clássico São Paulo x Corinthians será disputado fora da capital

A CBF confirmou que o clássico entre São Paulo e Corinthians será disputado na Vila Belmiro, em Santos, no dia 4 de novembro, às 21h30, pela 34ª rodada do Campeonato Brasileiro. O Tricolor terá o mando de campo, mas precisou encontrar outro estádio porque o Morumbis estará indisponível na data. A arena são-paulina receberá shows do grupo sul-coreano BTS nos dias 28, 30 e 31 de outubro. A montagem e a retirada das estruturas, além da recuperação do gramado, inviabilizam a realização do confronto no local. Para viabilizar a mudança, São Paulo e Santos acertaram a utilização da Vila Belmiro. O acordo prevê reciprocidade, permitindo que o clube santista utilize o Morumbis como mandante em uma futura partida, conforme as condições estabelecidas entre as equipes. Com a alteração, o clássico permanece na data prevista pela tabela, mas será realizado fora da capital paulista.

Volante do Corinthians sofre lesão no joelho

O volante Raniele teve uma lesão no menisco lateral do joelho direito confirmada após exames e desfalca os treinos do Corinthians. O clube ainda não divulgou um prazo para o retorno do jogador, que passará por avaliação especializada para definir o tratamento. A ausência ocorre durante a preparação da equipe para a sequência do Campeonato Brasileiro. A evolução do quadro clínico será determinante para saber quando o meio-campista poderá retomar as atividades. Ainda não há previsão oficial de recuperação.

RODRIGO COCA/AGÊNCIA CORINTHIANS



O jogador tem uma lesão no menisco lateral do joelho direito

Sob pressão, Dorival critica gramado do CT I

Dorival Júnior segue no comando do São Paulo em meio à pressão por resultados e às críticas sobre o centro de treinamento. Após vencer o Vitória por 2 a 1 pelo Brasileirão, o técnico apontou problemas nos gramados do CT da Barra Funda. Ele afirmou que nenhum dos três campos está em condições adequadas, o que dificulta a preparação diária. Dorival também relacionou o estado do piso ao risco de lesões, especialmente em movimentos de aceleração e frenagem. O tema acrescenta preocupação à reta final da temporada.

Sob pressão, Dorival critica gramado do CT II

O São Paulo ocupa a nona colocação do Brasileirão, com 39 pontos, e enfrenta o Vasco no sábado (17), no Morumbis. A permanência de Dorival ocorre em meio à instabilidade política do clube, que terá eleição presidencial em dezembro. Contratado em maio, durante uma fase de crise, o treinador tenta consolidar o trabalho na reta final do campeonato. Os próximos jogos serão importantes para a avaliação da temporada.

Novo treinador I

Clarence Seedorf foi apresentado como novo técnico do Corinthians e chamou o clube de “um dos maiores do mundo”. Durante a coletiva no CT Joaquim Grava, o holandês destacou a dimensão da equipe no cenário internacional e demonstrou motivação para iniciar o trabalho, com a missão de melhorar o desempenho alvinegro nesta reta final da temporada.

Novo treinador II

Seedorf também comparou o Corinthians a um “leão ferido” e afirmou que vê talento no elenco para reagir. O treinador disse que não falta coragem ao grupo e evitou entrar em questões políticas internas, concentrando suas declarações na necessidade de trabalhar para melhorar o desempenho da equipe nesta reta final.

Novo treinador III

No primeiro dia, o técnico conheceu as instalações do CT, conversou com os jogadores e comandou uma atividade pela manhã. A programação inclui outro treino à tarde, em uma rotina de dois períodos. Seedorf terá apoio do auxiliar espanhol Pablo López Vidal e de profissionais que já integravam a comissão corintiana.

Novo treinador IV

O desafio imediato é afastar o Corinthians da zona de rebaixamento do Campeonato Brasileiro. O time soma 32 pontos e ocupa a 16ª posição, empatado com o Internacional, que abre o Z4. A estreia de Seedorf está prevista para segunda-feira (19), contra o Vitória, às 20h, na Neo Química Arena, pela 31ª rodada.

Paulista de Basquete

O Sesi Franca enfrenta o Mogi Basquete nesta quinta-feira (15), às 20h, no ginásio Pedrocão, pelo quarto jogo da final do Campeonato Paulista de Basquete. Após vencer o terceiro confronto por 85 a 81, o Franca busca mais um triunfo diante da torcida para assumir a liderança da série decisiva e ficar mais perto da conquista do título estadual.

Superliga Feminina

A Superliga Feminina de Vôlei 2026/27 começa neste sábado (17), com quatro representantes paulistas na disputa pelo título nacional. Osasco, Pinheiros, Sesi Vôlei Bauru e Paulistano Barueri estão entre as 12 equipes participantes. A primeira fase será disputada em turno e retorno, com os oito melhores times avançando aos playoffs em busca da taça.



O jogador disputou apenas uma partida pelo Bugre na temporada 2026

Guarani avança em negociação para renovar com volante

Igor Pereira conversa com o clube para estender o vínculo até o final de 2027

Da **Redação**

O Guarani avançou nas conversas para renovar o contrato do volante Igor Pereira até o fim de 2027. A negociação ainda não foi concluída, mas a expectativa divulgada por veículos que acompanham o clube é de uma definição nos próximos dias. O vínculo atual do jogador termina em dezembro.

A movimentação ocorre enquanto o Bugre organiza o elenco para a próxima temporada. Em 2027, a equipe disputará o Campeonato Paulista, a Série C do Brasileiro e a Copa do Brasil. A permanência de atletas que já conhecem o clube pode fazer parte desse processo, embora a extensão do contrato de Igor ainda dependa da formalização do acordo.

O volante passou boa parte de 2026 afastado dos gramados após sofrer uma lesão no ligamento cruzado do joelho direito na estreia da temporada, contra o Primavera. O problema exigiu cirurgia e limitou sua participação em campo. Até o momento, Igor disputou apenas aquela partida pelo Guarani neste ano.

Segundo informações publicadas na terça-feira (13) pelo ge e pelo Futebol Interior, as tratativas avançaram após

o jogador concluir uma etapa importante da reabilitação. O atleta está em fase de fortalecimento muscular e trabalha para recuperar as condições físicas antes de voltar a atuar. A previsão divulgada é que ele possa retomar os trabalhos sem restrições a partir de novembro, mas a evolução depende do acompanhamento médico.

A possível renovação representa uma oportunidade para o Guarani manter no grupo um jogador que teve pouco tempo para mostrar seu futebol desde a chegada. Ao mesmo tempo, o clube precisará avaliar a condição física do volante e o papel que poderá desempenhar após o retorno. Até que o novo vínculo seja assinado e anunciado oficialmente, a permanência deve ser tratada como uma negociação em andamento.

O planejamento bugrino também ocorre em meio à discussão sobre a constituição de uma Sociedade Anônima do Futebol (SAF). Os associados autorizaram a abertura do processo, e a proposta do empresário Roberto Graziano tem previsão de votação em novembro. Não há confirmação pública de que a negociação com Igor esteja condicionada ao resultado da SAF.

CORREIO NO MUNDO

REPRODUÇÃO/ DONALD TRUMP - TRUTH SOCIAL



Presidente americano destacou valor estratégico da ilha do Ártico

Trump diz que exploração de petróleo começará na Groenlândia

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, afirmou nesta quarta-feira (14) que está prestes a iniciar a exploração de petróleo, gás e minerais na Groenlândia e destacou a posição estratégica da ilha no Ártico para a segurança dos EUA e da Europa. “Uma exploração massiva de petróleo, gás e minerais está se preparando para começar em nossa nova e bela Groenlândia!”, escreveu Trump em uma publicação na rede Truth Social. Citando especialistas, o presidente afirmou que “a quantidade de petróleo facilmente disponível é muito maior do que em quase... qualquer lugar do mundo”. Trump não deu detalhes sobre a possível participação de empresas ou do governo americano na exploração. Em agosto, reportagens sobre operações preparatórias de uma empresa petrolífera americana em uma região remota do leste da Groenlândia provocaram preocupação entre moradores e autoridades locais.

Acordo de segurança com líderes

Washington assinou em setembro um acordo de segurança com os líderes da Groenlândia e da Dinamarca, depois de Trump ter ameaçado tomar à força o território dinamarquês, estrategicamente localizado no Círculo Polar Ártico. A Groenlândia está situada na rota mais curta para mísseis entre a Rússia e os Estados Unidos e ocupa uma posição considerada estratégica para o projeto de Trump de criar o chamado “Domo de Ouro”, um escudo de defesa antimísseis. A ilha também tem reservas inexploradas de terras raras.

UNIÃO EUROPEIA



Mette Frederiksen disse que não vai abrir mão da Groenlândia

Dinamarca aponta a legislação da ilha

O Ministério das Relações Exteriores da Dinamarca afirmou nesta quarta que, caso os EUA queiram explorar os recursos da Groenlândia, terão de fazê-lo no âmbito da legislação da ilha ártica, acrescentando que o acordo firmado no mês passado entre as três partes não alterou essa regra.

O gabinete do primeiro-ministro da Groenlândia se recusou a comentar a declaração de Trump, enquanto o Ministério de Recursos Minerais da Groenlândia não respondeu aos pedidos de comentário.

Posição privilegiada para segurança

O Ministério das Relações Exteriores dinamarquês afirmou que “o acordo não concede aos investidores dos EUA nenhum tratamento preferencial em comparação com investidores de outros países da Otan, da União Europeia e parceiros da Otan no que diz respeito ao acesso aos recursos naturais da Groenlândia”. Na mesma publicação, Trump afirmou que a posição da Groenlândia é “incomparável” para segurança dos EUA e da Europa.

Interceptação de drones

Segundo Trump, qualquer futuro ataque contra os Estados Unidos teria de passar pela ilha, onde as forças de defesa americanas poderiam interceptar drones, mísseis “ou qualquer outra forma de arma ainda sequer concebida”.

“Ela nos dá tempo, localização e linha de visão como nenhum outro lugar do mundo”, afirmou.

Bases militares

O acordo de segurança assinado por Trump com os líderes da Groenlândia e da Dinamarca em setembro prevê a construção de duas novas bases militares americanas no sul e no leste da ilha. Elas serão instaladas em Narsarsuaq, no sul, e Mestersvig, no leste, além da base de Pituffik, que os Estados Unidos já mantêm no norte da Groenlândia.

Cabelos curtos

A presidente do Peru, Keiko Fujimori, começou nas escolas a política linha-dura prometida na sua campanha eleitoral. A filha do ditador Alberto Fujimori (1990–2000) anunciou na última segunda-feira (12) que, entre outras medidas, meninos serão proibidos de usar cabelo comprido no sistema educacional público.

Maquiagem proibida

“Os garotos devem vir de cabelo curto. É totalmente proibido pintar o cabelo ou usar maquiagem”, afirmou durante um ato oficial em um colégio de Chaclacayo, a cerca de 30 km de Lima. O veto inclui também unhas pintadas e celulares. “A ordem não deve existir apenas nas ruas. Também precisa retornar às nossas escolas, às nossas salas de aula”, disse.

Poucos detalhes

Keiko anunciou ainda a volta das chamadas “notas de conduta”, que avaliavam questões como a pontualidade e o comportamento dos alunos e haviam sido abolidas em 2019, e as expulsões. “Os mais malcriados não estarão nas salas de aula”, disse a presidente. Há poucos detalhes por enquanto, uma vez que as regras ainda não foram estabelecidas oficialmente.

Saias compridas

O chefe do Ministério da Educação, José Antonio Chang, antecipou alguns dos planos. “Maquiagem, esmalte e cabelos excessivamente longos ou tingidos não serão permitidos. Também teremos que garantir que as saias escolares tenham um comprimento apropriado”, afirmou o ministro.

Por Daniela Arcanjo (Folhapress)



Limitação ao Starlink afeta militares da Ucrânia; Elon Musk culpa Trump

Zelenski se diz traído por acordo Trump-Putin

Por **Igor Gielow (Folhapress)**

Um dia após denunciar a falta de alerta antecipado dos Estados Unidos sobre ataques com mísseis balísticos da Rússia, a Ucrânia afirmou nesta quarta-feira (14) que operações militares em toda a linha de frente da guerra foram afetadas por restrições no uso do Starlink.

O uso da rede de satélite do empresário Elon Musk foi limitada, com terminais falhando se transportados a mais de 160 km/h — algo comum para movê-los de forma rápida pela frente de batalha, coordenando o trabalho de drones e da artilharia de Kiev. Em alguns pontos, o corte veio com meta-de da velocidade.

“Haverá mortos, é claro, se os ataques continuarem e a Starlink não funcionar. Espero sinceramente que se trate de um erro”, disse o presidente Volodymyr Zelenski ao jornalista britânico Piers Morgan. Ele citou que o corte também dificultou o trabalho de defesas aéreas.

“Nossas Forças Armadas não receberam nenhum aviso dessas restrições, e isso levou ao fracasso de uma série de missões”, afirmou Serhii Beskrestnov, assessor presidencial para tecnologia militar. “Está claro que essa ação não é uma coincidência e está conectada à situação política atual”, disse ele, conhecido como Flash.

Ele se refere à pressão renovada do presidente dos EUA, Donald Trump, sobre Zelenski. O americano quer que o colega suspenda ataques a refinarias russas, campanha que levou a uma crise de abastecimento no vizinho e que Trump credita como responsável pelo aumento do preço do diesel em seu país.

Na realidade, a inflação é atribuída por especialistas mais à guerra que o próprio Trump não consegue encerrar com o Irã, que travou o comércio de petróleo com efeito-cascata na economia mundial. Mas o republicano já escolheu sua desculpa, de olho na eleição legislativa de novembro.

Musk jogou o problema para o colo de Trump. “Os sistemas Starshield são controlados e de propriedade do governo americano. Qualquer limite é uma decisão dos militares dos EUA e, ao fim, do presidente”, disse, citando o nome da versão militar do Starlink usada em ataques.

“O Starlink é limitado para para atividades civis ou defensivas, e não pode ser usado para ações militares ofensivas”, afirmou, tentando se descolar do problema.

Na sexta (9), já havia Trump causado ultraje na Europa ao anunciar um acordo para voltar a comprar diesel da Rússia, algo que está vetado por sanções desde o fim de 2022, primeiro ano da guerra lançada por Vladimir Putin.

“É doloroso quando Trump escolhe um lado que não é o nosso”, afirmou Zelenski. Questionado se se sentia traído pelo acordo do diesel, disse: “Sim, mas é complicado”. Ele recebeu apoio político em Londres, onde foi recebido pelo premiê Andy Burnham e pelo rei Charles 3º.

O arranjo ainda precisa ser detalhado e sofre oposição até entre aliados domésticos de Trump. Para piorar, após pedir a renúncia de Zelenski, no domingo (11) o presidente anunciou o cessar-fogo de ataques à infraestrutura energética por Kiev e Moscou, que disseram ignorar a trégua.



Ruas das cidades ficaram lotadas de apoiadores do candidato

Flávio Bolsonaro intensifica agendas no Rio de Janeiro

Na quinta-feira (15), a campanha de Flávio Bolsonaro (PL) realizará carreatas no Rio de Janeiro, em três municípios do Sul Fluminense. A agenda começa às 10h, em Resende, com concentração no Parque Zumbi, localizado na Avenida Presidente Kennedy, 750. Às 11h30, será a vez de Barra Mansa, com saída na Rodovia Presidente Dutra (BR-116), na altura do quilômetro 276, próximo à Villa Grill Churrascaria. O último compromisso está marcado para as 14h30, em Volta Redonda, com concentração no Posto JK, na Avenida Amaral Peixoto, 957. Em todas as agendas, Flávio estará acompanhado do governador eleito, Douglas Ruas (PL). Na quarta-feira (14), os dois fizeram carreatas em três municípios da Região dos Lagos: Cabo Frio, São Pedro da Aldeia e Iguaba Grande.

Turismo internacional no RJ bate recorde

Neste ano, o turismo internacional no Rio de Janeiro atingiu o patamar de 1.834.252, número 12% maior que os 1.631.927 estrangeiros que desembarcaram no estado de janeiro a setembro do ano passado. O número pode ser explicado por eventos como “Todo mundo no Rio”, que neste ano teve Shakira; do primeiro jogo da NFL, no Maracanã, entre Baltimore Ravens e o Dallas Cowboys; e, claro, do Rock in Rio. Com o Rock in Rio, principalmente, setembro registrou 168.173 visitantes estrangeiros. No ano passado, 156.993.



Resultados foram impulsionados por megaeventos, principalmente

Alta também em nível nacional

O desempenho do Rio de Janeiro também se reflete pelo nível nacional. De janeiro a setembro, o país recebeu mais de 7 milhões de turistas internacionais, mantendo o patamar recorde obtido no mesmo período do ano passado. Em 2025, o país atingiu o recorde histórico anual com 9,2 milhões de chegadas de estrangeiros. E a receita também bateu recorde, com faturamento de R\$ 38,7 bilhões até agosto, o maior valor já computado para o período.

Mercado de aviação cresce

O crescimento de turistas internacionais segue a tendência de aumento na movimentação doméstica. Na aviação nacional, o país atingiu a marca histórica ao transportar 68,3 milhões de passageiros até agora, crescimento de 4% em relação ao mesmo período de 2025. Já o turismo de negócios, movimentou R\$ 9,75 bilhões, aumento de 8,2%.

Transição oficializada

O governador em exercício do Rio, desembargador Ricardo Couto, assinou decreto que regula a transição governamental. Publicada nesta quarta-feira (14), a medida prevê a transferência de dados estratégicos e busca garantir a continuidade dos serviços públicos essenciais durante a mudança de comando no Palácio Guanabara.

Comissão definida

A Comissão de Transição Governamental será presidida pelo secretário da Casa Civil, Flávio Willeman. O grupo reúne os secretários Rafael Abreu, Guilherme Mercês e Pablo Gonçalves, o subsecretário-geral Sérgio Pimentel e o procurador-geral do Estado, Bruno Dubeux. O processo começou imediatamente e seguirá até a posse do novo governador.

Cinco nomes de Douglas

O governador eleito poderá indicar até cinco representantes para integrar a equipe de transição. Conforme o decreto assinado pelo governador em exercício, Ricardo Couto, os indicados terão acesso integral aos relatórios consolidados pela comissão estadual, que deverão reunir informações sobre a situação administrativa e financeira do governo.

Prazo até 30 de outubro

Os secretários estaduais têm até 30 de outubro para entregar diagnósticos detalhados de suas pastas. Os documentos deverão apresentar as contas públicas, programas em andamento, projetos interrompidos e prioridades que exigirão decisões nos primeiros 100 dias da próxima gestão, orientando o planejamento do novo governo.

Fundos de pensão

Os ativos das Entidades Fechadas de Previdência Complementar cresceram cerca de 82% em termos nominais nos últimos dez anos, passando de R\$ 790 bi em 2016 para R\$ 1,438 tri em junho de 2026. O volume equivale atualmente a cerca de 11% do PIB. Do total aplicado em renda fixa, R\$ 264,1 bi estavam em títulos públicos e R\$ 900,7 bi em fundos de investimentos classificados no segmento.

Crescimento gradual

A evolução ocorreu de forma praticamente contínua ao longo do período. Os ativos chegaram a R\$ 1,049 trilhão em 2020, R\$ 1,176 trilhão em 2022, R\$ 1,275 trilhão em 2024 e R\$ 1,374 trilhão em 2025, antes de alcançarem R\$ 1,438 trilhão em junho deste ano.



Cueva divergiu de Nunes Marques no TSE

Caso “Exército do Lula” amplia disputa judicial nas campanhas

Decisões divergem no TSE e há denúncias sobre canais digitais

Por **Beatriz Matos**

A disputa entre Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Flávio Bolsonaro (PL) chegou a mais um impasse no Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

O corregedor Ricardo Villas Bôas Cueva pediu urgência para que o plenário examine o caso do “Exército do Lula”, canal de WhatsApp administrado pelo deputado André Janones (Rede-MG).

A divergência com o presidente da Corte, Kassio Nunes Marques, levanta uma questão que ultrapassa as campanhas: quem pode restringir a comunicação política e sob quais critérios?

Após pedido da campanha de Flávio, Nunes Marques suspendeu o canal. Cueva determinou sua reativação, mas o presidente voltou a bloqueá-lo por falta de registro formal.

Embora regularizado, seu retorno ficou condicionado a 48 horas.

O canal rival, “Tropa do Flávio”, também foi levado ao TSE, em meio a cobranças de tratamento igual. A campanha de Flávio se comprometeu com a complementação do registro.

Para Clever Vasconcelos, advogado eleitoral e professor do Ibmecc-SP, trata-se de

“apenas uma divergência de interpretação, comum em uma Corte coletiva”. Guilherme Augusto Mota, especialista em direito eleitoral, vê consequências mais amplas: decisões sucessivas prejudicam a previsibilidade das regras. “O que já se pode cobrar é uma resposta colegiada, fundamentada e aplicável igualmente às duas campanhas”, afirma.

Nesta quarta-feira (14), a deputada Erika Hilton (PSOL-SP) denunciou dificuldades de acesso ao canal que administra, mesmo após procedimentos de verificação. Segundo ela, pesquisas por “Tropa da Erika Hilton” sugerem o canal de Flávio. A parlamentar também relatou restrições em ferramentas de inteligência artificial para conteúdos relacionados a Lula.

Na campanha, Lula divulgou carta aos evangélicos, defendendo as famílias, o fim das apostas online e da escala 6x1.

Flávio, por sua vez, intensifica atos de rua, articula apoios regionais e confirmou presença no debate da Band de domingo (18), com Lula. Para o advogado Clever Vasconcelos, manifestações públicas reúnem sobretudo simpatizantes, avaliação válida para ambas as campanhas.

De forma quase unânime, Senado aprova PEC que põe fim à escala de trabalho 6x1

Após redução na jornada de trabalho, Senado vota PEC da Segurança Pública nesta quinta-feira

Por **Gabriela Gallo**

O plenário do Senado Federal aprovou, na noite desta quarta-feira (14), em dois turnos, a Proposta de Emenda à Constituição que determina o fim da jornada de trabalho na escala 6x1 (PEC 221/2019).

Como a PEC já foi aprovada na Câmara dos Deputados, o texto agora será promulgado já na próxima semana. Em ambos os turnos, a medida foi aprovada quase por unanimidade, com 75 votos favoráveis e somente o voto contrário do senador Hamilton Mourão (Republicanos-RS). Por se tratar de uma PEC, eram necessários no mínimo 49 votos favoráveis em ambos os turnos.

Seguindo o regimento interno do Senado, inicialmente o plenário votaria o primeiro turno da proposta e, uma vez aprovada, seriam realizadas mais três sessões de discussões sobre o tema no plenário antes que fosse votado o segundo turno da medida. Contudo, os parlamentares na sessão aprovaram em votação simbólica o requerimento de calendário especial da votação do tema – apresentado pela líder do governo no Senado, senadora Teresa Leitão (PT-PE) – que permitiu os dois turnos de votação no mesmo dia.

O TEXTO

A PEC 221/2019 altera o artigo 7º da Constituição Federal, que trata dos direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, para modificar a jornada de trabalho e acabar com a escala 6X1. Além de garantir ao menos dois dias de descanso durante a semana para trabalhadores amparados pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), a proposta também reduz a jornada de trabalho de 44 horas semanais para 40 horas semanais, sem redução salarial.

Relatado pelo senador Omar Aziz (PSD-AM), que manteve o texto que chegou da Câmara dos Deputados e fora relatado pelo deputado federal Paulo Azi (União Brasil-BA), o texto terá um período de 14 meses de transição. Após a promulgação no poder Legislativo, as empresas terão um período de dois meses para reduzir a jornada de trabalho de 44 horas semanais para 42 horas semanais.



Alcolumbre comemora com senadores governistas a aprovação da PEC

Nesse mesmo período já deve ser instalada a jornada 5x2 a partir do segundo mês após a promulgação. Depois da mudança estabelecida, empresários terão doze meses para reduzir a jornada semanal de 42 horas para 40 horas semanais para trabalhadores de carteira assinada.

As novas regras sobre a duração e controle da jornada de trabalho não valem para empregados com diploma superior que recebam ao menos 2,5 vezes o teto do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), que atualmente equivale a R\$ 21.188,88, mas estarão preservadas as regras sobre repouso. As exceções são casos de liberalidade do empregador ou previsão em acordo coletivo. Também não se aplicam a servidores públicos dos três Poderes, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, cabendo à Justiça do Trabalho julgar disputas sobre o tema.

NARRATIVA

A proposta foi adotada desde o início pela campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que sempre se manifestou defensor da medida, inclusive por seu histórico frente às centrais sindicais. A PEC aprovada no Congresso Nacional foi uma junção de textos elaborados pelos deputados federais Reginaldo Lopes (PT-MG) e Erika Hilton (Psol-SP), ambos governistas.

A construção do placar elástico se deu na véspera,

quando o senador e candidato à Presidência Flávio Bolsonaro (PL-RJ) anunciou que votaria favorável à medida. Após visitar o pai, o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), Flávio declarou a mudança de posição, embora defendesse que a jornada de trabalho ideal deveria ser mais flexível e baseada na negociação entre patrão e funcionário. Antes, na direção contrária da PEC do fim da escala 6x1, Flávio Bolsonaro era defensor da PEC 12/2026, apresentada pelo senador Rogério Marinho (PL-RN) que determina que o empregado receba por

hora trabalhada.

Diante disso, a reforma nas relações e direitos trabalhistas virou uma disputa de narrativas entre base e oposição. Durante a sessão no plenário, a senadora Damares Alves (Republicanos-DF), que apesar de ser da oposição sempre se manifestou favorável à PEC da redução da jornada de trabalho, defendeu que os responsáveis pela aprovação da PEC são os congressistas, e não o presidente da República, na intenção de desvencilhar a narrativa do fim da jornada 6x1 do governo federal.



Damares rebate governo: "Vitória foi do Congresso"

SEGURANÇA PÚBLICA

Logo após o fim da jornada na escala 6x1, o Senado Federal votará nesta quinta-feira (15), a PEC da Segurança Pública (PEC 18/2025), outra proposta de interesse do governo federal.

O texto foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado na manhã desta quarta-feira e seguiu direto para análise no plenário do Senado. E, assim como a tramitação da PEC do fim da escala 6x1, os senadores aprovaram na noite desta quarta-feira um requerimento que cria um calendário especial de tramitação para a PEC da Segurança Pública, ou seja, também eliminando os intervalos.

O texto base da PEC 18/2025 já havia sido aprovado pelos membros da CCJ em setembro. Contudo, a tramitação não deu continuidade porque o colegiado ainda precisava analisar as emendas 13, 29 e 45, que deveriam ter sido analisadas na sessão desta quarta-feira.

As emendas foram propostas, respectivamente, pelos senadores Eduardo Gomes (PL-TO), Alessandro Vieira (MDB-SE) e Carlos Portinho (PL-RJ). Porém, como os autores das emendas não compareceram à sessão, o presidente da CCJ, senador Otto Alencar (PSD-BA), declarou os destaques prejudicados, possibilitando que a medida seguisse para o plenário.

A Proposta de Emenda à Constituição 18/2025 cria o Sistema Único de Segurança Pública (Susp), que unifica a atuação de forças de segurança pública entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios.

A medida também visa reforçar o combate à milícias e facções criminosas, alterando o artigo 5º da Constituição para intensificar o regime penal para lideranças e membros de facções criminosas.

Segundo a PEC, 50% dos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) e do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen) serão repassados pela União para os estados e municípios, excluídas despesas de custeio e investimento da polícia penitenciária nacional do Funpen.



CAPPELLI

E-mail: paulo.cappelli@correiodamanha.net.br

com Lucas Gayoso

Instagram: @jornalistapaulocappelli

PF pede a Mendonça retirada de sigilo para capturar hacker de Vorcaro que está foragido

REPRODUÇÃO/REDES SOCIAIS

■ A Polícia Federal (PF) pediu ao ministro André Mendonça (STF) a retirada do sigilo de um mandado de prisão contra David Henrique Alves, hacker investigado por atuar a serviço do banqueiro Daniel Vorcaro, dono do Banco Master. Em ofício encaminhado nesta quarta-feira (14/10), a corporação informou que o investigado está foragido e solicitou a divulgação da ordem para facilitar sua captura.

■ David é apontado pela PF como líder do núcleo tecnológico conhecido como “Os Meninos”, que teria atuado em favor de Vorcaro. Segundo as investigações, o grupo seria responsável por ataques cibernéticos, invasões de sistemas, monitoramento ilegal e derrubada de perfis nas redes sociais de pessoas consideradas adversárias do banqueiro.

■ O hacker também teria recebido aproximadamente R\$ 35 mil mensais de Luiz Phillipi Machado de Moraes Mourão, conhecido como “Sicário”, outro investigado no esquema. Os pagamentos teriam sido realizados por meio da empresa Bipe Software Brasil Ltda.

■ No documento enviado a Mendonça, o delegado federal Diego Bruno Dias do Nascimento solicita a re-



Hacker era líder do núcleo tecnológico que atuava em favor de Daniel Vorcaro

tirada da restrição de sigilo sobre o mandado de prisão registrado no Banco Nacional de Medidas Penais e Prisões (BNMP).

■ “A solicitação justifica-se pelo fato de o investigado encontrar-se foragido, sendo necessária a retirada do sigilo do referido mandado no BNMP, a fim de ampliar sua visibilidade aos órgãos de segurança pública e facilitar sua localização e captura”, afirma a PF.

■ David também é investigado por uma suposta tentativa de destruição de provas. Em março deste ano, ele

foi abordado pela Polícia Rodoviária Federal enquanto transportava computadores em um veículo. A suspeita dos investigadores é de que os equipamentos seriam destruídos para impedir o acesso a informações relacionadas ao esquema.

■ Em maio, Mendonça decretou a prisão preventiva do hacker no âmbito da Operação Compliance Zero, que investiga irregularidades envolvendo o Banco Master. O STF também determinou o bloqueio de até R\$ 1,8 milhão em bens e valores atribuídos ao investigado.

“Sugar daddy” é condenado após levar adolescente de 14 anos, mãe e irmão a hotel de luxo

■ Um homem de 48 anos, identificado pelas iniciais J.R.H, foi condenado por exploração sexual após levar uma adolescente de 14 anos, a mãe dela e o irmão de dois anos a um hotel de luxo em Copacabana, na Zona Sul do Rio de Janeiro. O acusado conheceu a jovem em um aplicativo de relacionamentos do tipo “sugar daddy” e prometeu ajudá-la a seguir carreira como influenciadora digital.

■ O caso ocorreu em um hotel localizado na Avenida Atlântica. Segundo o processo, o homem, que era casado e morava nos Estados Unidos, pagou as passagens aéreas da família de São Paulo para o Rio de Janeiro, além de custear a hospedagem.

■ Os dois se conheceram por meio de um aplicativo voltado a relacionamentos entre pessoas mais jovens e parceiros com melhores condições financeiras. A adolescente havia informado ter 18 anos ao criar seu perfil, mas a Justiça concluiu que o homem tomou conhecimento de sua verdadeira idade antes do encontro.

■ O acusado se apresentava como publicitário e ofereceu ajuda para que a jovem realizasse o sonho de se tornar influenciadora digital. Segundo a Justiça, a promessa foi utilizada para atraí-la ao Rio de Janeiro.

■ A presença dos dois nas proximidades do hotel chamou a atenção de populares, que acionaram a Polícia Civil. Os agentes verificaram imagens das câmeras de segurança e identificaram o homem beijando a adolescente e tocando suas nádegas dentro de um elevador.

■ Ao entrarem no quarto, os policiais encontraram o acusado e a adolescente nus. A mãe da jovem chegou posteriormente ao local e, segundo a denúncia, não soube explicar o ocorrido.

■ A mulher também foi denunciada, sob a acusação de ter permitido a exploração sexual da filha em troca de dinheiro. Entretanto, acabou absolvida pelo TJRJ.

■ O homem foi inicialmente condenado a dez anos de prisão, porém a pena foi reduzida para quatro anos, após recursos apresentados pela defesa.

Congresso dos EUA estima custo de R\$ 130 milhões para combate ao crime na Amazônia brasileira

■ O Escritório de Orçamento do Congresso dos Estados Unidos (CBO) estimou em US\$ 25 milhões, aproximadamente R\$ 130 milhões, o custo de implementação de um projeto de lei voltado ao combate ao crime organizado na Amazônia brasileira. O documento prevê despesas entre 2027 e 2031 para financiar iniciativas de cooperação, assistência técnica e proteção ambiental na região.

■ A estimativa consta de um relatório publicado em 7 de outubro pelo órgão técnico do Congresso americano, referente ao projeto S. 2578, denominado Lei de Fortalecimento do Estado de Direito na Amazônia Brasileira. A proposta foi apresentada ao Senado em julho de 2025 e analisada pela Comissão de Relações Exteriores em julho deste ano.

■ O texto prevê que o Departamento de Estado americano ofereça assistência técnica às autoridades

brasileiras para fortalecer a capacidade do país de enfrentar organizações criminosas que atuam na região amazônica.

■ Segundo o relatório, uma das medidas é “fornecer assistência técnica e fortalecer a capacidade do Brasil de desarticular redes criminosas que prejudicam a região amazônica”, em tradução livre do documento original.

■ O CBO também destaca que o Departamento de Estado mantém programas de apoio a autoridades estrangeiras no combate ao tráfico, à lavagem de dinheiro, à corrupção e a outros crimes.

■ Com base nos custos dessas iniciativas, o órgão calcula que a assistência prevista no projeto exigiria aproximadamente US\$ 5 milhões anuais, equivalentes a cerca de R\$ 26 milhões.

■ Além do enfrentamento às organi-

zações criminosas, a proposta contempla ações de combate ao desmatamento, à degradação ambiental e de incentivo ao desenvolvimento econômico sustentável.

■ O projeto também determina que o Departamento do Tesouro americano defenda, junto a instituições financeiras internacionais, iniciativas destinadas à proteção ambiental e ao desenvolvimento econômico da Amazônia. Outra medida incentiva a Corporação Financeira de Desenvolvimento Internacional dos Estados Unidos (DFC) a identificar oportunidades de investimento no Brasil.

■ A estimativa não representa a liberação imediata de verbas. Para que os valores sejam efetivamente utilizados, será necessária a aprovação dos recursos orçamentários destinados à execução das medidas previstas no projeto.

PINGA-FOGO

■ ESTADO DO RIO AFIRMA QUE JÁ ATINGIU OS MÍNIMOS CONSTITUCIONAIS DA EDUCAÇÃO E DA SAÚDE - Em relação à nota publicada na coluna sobre o risco da atual gestão não cumprir os mínimos constitucionais, o Governo do Estado do Rio enviou a seguinte nota, que é publicada na íntegra: “O Governo do Rio de Janeiro cumprirá o índice constitucional nas áreas de Saúde e Educação, diferentemente do que afirmou o Correio da Manhã na edição de 14 de outubro. Vamos aos dados oficiais: Em relação à Saúde, o Estado já atingiu um nível de aplicação com um percentual superior ao mínimo exigido pela Constituição.

■ Até outubro, o Estado empenhou 14,79% da receita realizada de impostos e transferências a ações e serviços públicos de saúde, acima do piso constitucional de 12%. De acordo com os cálculos de hoje, o orçamento disponibilizado está contemplando o valor necessário para o cumprimento anual conforme a última previsão de receita.

■ Na Educação, o valor empenhado frente à receita realizada já corresponde a 24,98% dos 25% do índice constitucional, ressaltando que ainda restam três meses de execução orçamentária para o término do ano.

■ É importante frisar que o cálculo dos índices é acumulado ao longo do ano e só é concluído no encerramento do exercício, após a liquidação das despesas do último trimestre e os ajustes necessários à prestação de contas.

■ O acompanhamento desses indicadores é realizado de forma contínua, considerando tanto a evolução da receita que compõe a base de cálculo quanto a execução das despesas consideradas para fins de apuração dos respectivos índices constitucionais.”

■ Como a nota do Governo afirma, a totalização dos números só ocorrerá em dezembro, quando for computada a alta da receita, em decorrência do aumento abrupto dos recebimentos, oriundos dos royalties do petróleo.

■ EM DESESPERO, PSD QUER TRANSFORMAR EDUARDO PAES NO CANDIDATO DO STF AO GOVERNO DO RIO - O candidato derrotado do PSD ao Governo do Estado do Rio, Eduardo Paes, depois de ter reconhecido a derrota em primeiro turno para Douglas Ruas, do PL, que já iniciou até o processo de transição, corre o risco de trazer para as suas costas todo o desgaste e antagonis-



claudio.magnavita@gmail.com

MAGNAVITA



@colunamagnavita

Correio premia cinema nacional

Os filmes “Maria de Maria” e “Uma Missa Para Dom Angélico” foram os grandes vencedores do Prêmio Olhar Brasil 2026, iniciativa do Correio da Manhã em parceria com o Festival do Rio para valorizar o cinema nacional e dar visibilidade a produções que retratam a diversidade cultural e social do país. A premiação reafirma o compromisso do jornal com a cultura brasileira e com o reconhecimento de obras e profissionais que contribuem para a força do audiovisual nacional. “Elza” e “O Filho da Puta” receberam menções honrosas.



Emilia Silveira, diretora do documentário Missa para 'Dom Angélico'



Luiza Shelling Tubaldini, diretora de Maria de Maria, com o editor do #CM2, Affonso Nunes (e), e do crítico Rodrigo Fonseca (d)



Érica Maradona, codiretora da animação O Filho da Puta, e a produtora Dani Menehgotto, com o troféu Redentor do Festival (categoria Prêmio Especial do Júri) e a menção honrosa do Prêmio Olhar Brasil

mo da população contra o Supremo Tribunal Federal (STF).

■ Em todo o Brasil, a eleição majoritária para o Senado refletiu a rejeição dos eleitores contra a atuação política do STF no processo eleitoral. A decisão do PSD de recorrer ao Supremo para provocar um segundo turno no Rio é surpreendente e desafia a lógica eleitoral, que sempre foi uma marca da carreira política de Paes. Está sendo lido como um ato de desespero, por razões objetivas.

■ O resultado eleitoral deixou claro que Douglas Ruas avançou em áreas que estavam mapeadas como as Paes. A vitória trouxe para Douglas uma debandada geral de prefeitos e líderes partidários. Até Netinho Reis, prefeito de Duque de Caxias, sobrinho da candidata a vice-governadora de Paes, estava no ato de Douglas e Flávio Bolsonaro na Ilha da Gigóia no sábado, 10.

■ Se o STF decidir pela realização do segundo turno, os dois candidatos terão perdido uma semana de tempo de televisão e Douglas será vitimizado, já que será a terceira vez que, por manobra do PSD, ele fica impedido de assumir o governo.

■ Alguns movimentos sincronizados merecem, porém, a atenção. Eduardo Paes finalmente acordou como cabo eleitoral de Lula. Enxergou que a reeleição do presidente virou uma questão de vida ou morte para o seu grupo. Ele começou a semana sem espaço político na esquerda, exatamente pelo seu pouco engajamento na agenda presidencial.

■ Neste cenário, corre o risco de ter o PT como adversário em

2028, colocando em dúvida a possível reeleição de Eduardo Cavaliere.

■ Quem entrou no STF foi o PSD nacional. Veja alguns detalhes do pedido: “O PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO - PSD NACIONAL, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n. 13.629.827/0001-00, com sede nacional no SAS Quadra 01, Lote 01, sala 1101, Ed. Libertas, CEP 70070-010, Brasília/DF, por seu advogado devidamente constituído a teor da procuração em anexo (doc.1), vem, vem, com fundamento no art. 102, § 1.º, e no art. 103, VIII, da Constituição Federal, e na Lei n.º 9.882/1999... pede ao STF que ao TSE e ao TRE/RJ que restabeleçam a convocação do segundo turno para eleição ao cargo de Governador e que subsidiariamente, caso não seja possível a realização em 25 de outubro de 2026, a realização do segundo turno em data a ser fixada pelo TSE, antes da (c) a solicitação de informações ao TSE e ao TRE/RJ e a oitiva do Advogado-Geral da União e do Procurador-Geral da República, no prazo comum de cinco dias (art. 5.º, § 2.º, da Lei n.º 9.882/1999), facultada ao relator a conversão do exame da liminar em julgamento definitivo de mérito.

■ O PSD aposta no mesmo limbo jurídico que criou ao sair parcialmente vitorioso no STF, impedindo o restabelecimento do processo sucessório no Rio, em um julgamento que não terminou, deixando à frente do Rio um governador interino mandatado por uma liminar; até hoje não juntada, e uma votação paralisada no 4x1 favorável ao restabelecimento da sucessão constitucional.

■ O agravante é que foi o mesmo PSD que provocou a justiça para anulação dos votos de Anthony Garotinho, só que o feitiço virou contra o feiticeiro. A anulação acabou favorecendo a vitória de Douglas Ruas no primeiro turno.

■ Sem aliados, derrotado em regiões que esperava ganhar, sem conseguir eleger nenhum dos seus candidatos ao Senado, especialmente Pedro Paulo, e tendo cruzado os braços na reeleição de Lula, Eduardo Paes tenta uma solução kamikaze, capaz de reduzir o seu tamanho político e ficar fragilizado na sucessão municipal. Nesta sua última jogada, aposta todas as suas fichas no número 13 da roleta eleitoral. Sua derradeira chance de sobreviver, mesmo consciente da derrota eleitoral para o governo, na sua tardia adesão ao lulismo.

■ PF ALIMENTA O SADISMO SOCIAL COM O ENXAME DE VAZAMENTOS DE VIDA PRIVADA APÓS BUSCAS E APREENSÃO - A Polícia Federal poderá fazer uma grande vítima neste processo do Banco Master: o valioso instrumento de busca de apreensão. É só lembrar que o fim da condução coercitiva de réus ou investigados para fins de interrogatório foi determinado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 14 de junho de 2018, por uma votação de 6 votos a 5. A corte julgou as Arguições de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPFs) 395 e 444, declarando que o artigo 260 do Código de Processo Penal (CPP) não foi recepcionado pela Constituição Federal de 1988, no que diz respeito ao interrogatório do investigado.

■ O que motivou o fim da condução coercitiva foram os mes-

mos abusos que estão ocorrendo agora, com o vazamento de conversas privadas e íntimas, que nada contribuem para investigações criminais. A vida íntima, ou conversas típicas de um bar, são vazadas sem o menor pudor, causando traumas familiares, acabando com casamentos e criando uma condenação em círculos íntimos, que não ocorreu nem no período ditatorial.

■ Esta semana, uma conversa de um dirigente de um grupo editorial com um banqueiro foi vazada. Nela, não há nenhuma atitude criminoso relacionada às investigações. Os comentários machistas feitos por dois jovens executivos são até deploráveis pelo construído misógino e sensual, coisa típica entre latinos em conversas sobre mulheres bonitas ou time de futebol. Mas por que expor? Boa parte do diálogo é de um executivo tratando de viabilizar negócios com um cliente, que, na data, não tinha nada que o desabonasse, e era um dos maiores anunciantes do Brasil.

■ Quem vazou, cometeu um crime. Violou a privacidade da conversa entre dois parceiros comerciais e até amigos. Isso tem ocorrido com políticos e homens públicos que estão sendo expostos por sadismo de investigadores, transcendidos em paladinos da verdade.

■ O que a PF está fazendo é permitir que haja uma reação social e jurídica, que terminará por afetar um preciso instrumento de investigação. Cadê a OAB Nacional que se mantém omissa à preservação destes direitos individuais de privacidade, que no mundo civilizado deveria ser sagrado?

OMS lança primeiro guia para enfrentar obesidade em crianças e adolescentes

Documento desaconselha tratamento farmacológico e cirurgia bariátrica em menores de 10 anos

Da Agência Brasil

A Organização Mundial da Saúde (OMS) lançou nesta quarta-feira (7) o primeiro guia de enfrentamento à obesidade em crianças e adolescentes. A prevalência da obesidade nessa faixa etária, segundo a entidade, quadruplicou desde 1990, passando de 2% para 8%.

Dados da agência das Nações Unidas especializada em saúde mostram que, em 2024, 170 milhões de crianças e adolescentes com idade entre 5 e 19 anos eram obesos, incluindo 70 milhões com idade entre 5 e 9 anos e 100 milhões com idade entre 10 e 19 anos.

Em nota, a OMS destacou que a obesidade figura como uma doença crônica e recorrente, cujas consequências podem surgir mesmo na infância, aumentando o risco de doenças não transmissíveis, incluindo diabetes tipo 2 e doenças cardiovasculares.

“Crianças e adolescentes com obesidade também podem sofrer estigma, discriminação e bullying. Prevenir e controlar a obesidade é fundamental para proteger a saúde física e mental de



FOTO: MARCELLO CASAL JR./AGÊNCIA BRASIL

Para crianças e adolescentes obesos, a entidade recomenda intervenções estruturadas envolvendo dieta e atividade física

crianças e adolescentes, bem como para apoiar seu crescimento saudável, educação, bem-estar social e qualidade de vida.”

TRATAMENTO

Para crianças e adolescentes obesos, a entidade recomenda intervenções estruturadas envolvendo dieta, atividade física e mudança de comportamento,

realizadas individualmente ou como parte de um programa multimodal.

“Intervenções de saúde digital são recomendadas condicionalmente, mediante supervisão dos pais ou cuidadores”, destacou a OMS.

A organização não recomenda tratamento farmacológico, cirurgia bariátrica (que altera o tamanho do estômago e o trato digestivo) ou disposi-

tivos para perda de peso para crianças com até 9 anos.

No caso de adolescentes com idade entre 10 e 19 anos, o tratamento com medicamentos aprovados, como as chamadas canetas emagrecedoras, segundo a entidade, pode ser considerado apenas quando um programa multimodal de estilo de vida supervisionado não tiver alcançado os resultados esperados.

“A cirurgia bariátrica pode ser considerada, sob condições rigorosas, para adolescentes com obesidade grave.”

SAÚDE MENTAL

Embora não figure como foco principal das diretrizes, as recomendações também enfatizam a importância de abordar a saúde mental juntamente com a obesidade.

Ansiedade, depressão, baixa autoestima e desregulação emocional, segundo a OMS, podem contribuir para hábitos alimentares pouco saudáveis, sedentarismo e isolamento social.

“Profissionais de saúde devem abordar tanto a obesidade quanto questões de saúde mental de forma precoce e conjunta, utilizando estratégias inclusivas, adequadas ao estágio de desenvolvimento e que envolvam a família”, detalhou a entidade.

Por fim, a organização destacou que o tratamento, por si só, não consegue reverter o aumento da obesidade e defendeu políticas e medidas que tornem dietas saudáveis e atividade física mais acessíveis e com custos mais viáveis, além de ações em educação, planejamento urbano, transporte e proteção social.

Doença é o principal fator de risco à saúde, diz médico

Da Agência Brasil

A obesidade se tornou o maior fator de risco para a saúde no Brasil, superando a hipertensão, que foi o elemento de maior preocupação por décadas. Agora, a pressão alta está em segundo lugar, seguida do quesito glicemia elevada. Esse é um dos destaques da análise nacional do Estudo Global sobre Carga de Doenças, feito por milhares de pesquisadores de todo o mundo, cobrindo mais de 200 países.

O diagnóstico brasileiro foi publicado na edição de maio da revista científica The Lancet Regional Health - Americas. O levantamento enfatiza que a população passou por grandes mudanças no estilo de vida nas últimas décadas, como aumento da urbanização.

Esse cenário contribuiu para reduzir os níveis de atividade física, adotar dietas hipercalóricas, ricas em sal e com

excesso de alimentos ultraprocessados.

O endocrinologista Alexandre Hohl, membro da Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade e Síndrome Metabólica (Abeso) e da Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia, também destaca essas mudanças.

Segundo ele, esses comportamentos

contribuem para que os brasileiros vivam em um “ambiente obesogênico”. Para ele, a obesidade é um dos maiores desafios de saúde pública que o país precisa enfrentar. “A obesidade não é apenas excesso de peso, mas uma doença crônica inflamatória e metabólica que aumenta simultaneamente o risco de diabetes tipo 2, hipertensão, infarto, AVC e vários tipos de câncer.”



FOTO: PAULO PINTO/AGÊNCIA BRASIL

Diagnóstico é do Estudo Global sobre Carga de Doenças

NÚMEROS

Essas alterações no estilo de vida e suas consequências ficam evidentes na comparação com os dados mais antigos apresentados, de 1990. Naquele ano, os três maiores fatores de risco eram a hipertensão, seguida pelo tabagismo e a poluição por materiais particulados no ar.

O Índice de Massa Corporal (IMC) elevado, o principal indicador da obesidade, figurava

em sétimo lugar e a glicemia elevada, em sexto. Em 2023, a obesidade passa a ocupar a primeira posição, após crescimento constante no risco atribuído, que acumulou 15,3% desde 1990.

A comparação entre 1990 e 2023 traz boas e más notícias: por um lado, o risco de morte ou de perda de qualidade de vida causado pela poluição particulada do ar caiu 69,5%.

Por outro, a queda também foi expressiva, de aproximadamente 60%, nos casos do tabagismo, prematuridade e baixo peso ao nascer e alto índice de colesterol LDL.

Porém, de 2021 a 2023, o risco por tabagismo apresentou um ligeiro aumento de 0,2%, após muitos anos de queda sustentada.

Chama atenção ainda o risco atribuído à violência sexual durante a infância, que aumentou quase 24%. Este fator aparecia na 25ª posição em 1990 e saltou para o 10º em 2023.

A lista atual de maiores fatores de risco à mortalidade ou perda da qualidade de vida inclui o índice de massa corporal elevado, hipertensão, glicemia elevada, tabagismo, prematuridade ou baixo peso ao nascer, abuso de álcool, poluição particulada do ar, mau funcionamento dos rins, colesterol alto e violência sexual na infância.

STF rejeita recurso da Uber e mantém decisão da Prefeitura sobre suspensão do mototáxi

Decisão de Cármen Lúcia mantém suspensa ordem judicial que obrigava Prefeitura a credenciar Uber Moto.



DIVULGAÇÃO/UBER

Disputa judicial envolve autorização para transporte de passageiros por motocicletas em aplicativos na capital paulista.

Da Redação

A ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal (STF), rejeitou recurso da Uber contra decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) que suspendeu a obrigação de a Prefeitura da capital credenciar a empresa para oferecer transporte de passageiros por motocicletas. A decisão, de 6 de outubro, mantém a suspensão da ordem favorável à plataforma.

A ministra não analisou o mérito da disputa sobre a legalidade do serviço. A rejeição ocorreu por razões processuais,

entre elas a ausência de esgotamento dos recursos nas instâncias inferiores. O julgamento foi individual, sem participação do plenário ou das turmas do STF.

A controvérsia começou após o Comitê Municipal de Uso do Viário (CMUV), vinculado à Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana e Transporte, negar o credenciamento solicitado pela Uber. A gestão do prefeito Ricardo Nunes (MDB) defende a aplicação de exigências municipais relacionadas à segurança viária. A empresa contesta as restrições impostas à modalidade.

Em julho, a 16ª Vara da Fazenda Pública da Capital determinou que a Prefeitura credenciasse a plataforma em até 48 horas, sob pena de multa diária de R\$ 5 mil. A Procuradoria Geral do Município recorreu, e o TJ-SP suspendeu a ordem em 24 de julho, afastando também a multa prevista.

O recurso municipal foi acolhido pelo desembargador Dimas Borelli Thomaz Júnior. Em 25 de setembro, a Uber levou a questão ao Supremo para tentar reverter a suspensão. A decisão de Cármen Lúcia não encerra a discussão judicial so-

bre a autorização do serviço.

Outro ponto da disputa envolve a documentação exigida para o credenciamento. A Prefeitura informou, em julho, que a Uber não havia comprovado de forma suficiente a contratação de seguro de acidentes pessoais. A plataforma contestou a justificativa e afirmou que a documentação já havia sido aceita pela administração municipal.

REGULAMENTAÇÃO

O transporte de passageiros por motocicletas via aplicativo também é discutido em processos sobre os limites da

regulamentação municipal. Em janeiro de 2026, o ministro Alexandre de Moraes, do STF, suspendeu dispositivos da Lei Municipal nº 18.349/2025 e do Decreto nº 64.811/2025 que estabeleciam condições para a atividade.

Na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 1296, Moraes afastou exigências relacionadas ao credenciamento, ao uso de placa na categoria aluguel e à aplicação de regras do serviço público de mototáxi ao transporte privado por aplicativo. Em junho, o ministro também suspendeu a exigência municipal de cobertura adicional de seguro para as plataformas, por entender que a norma criava obrigações além das previstas na regulamentação federal. Essas decisões não equivalem à concessão do credenciamento solicitado pela Uber.

Em manifestação divulgada nesta quarta-feira (14), a empresa afirmou que a decisão de Cármen Lúcia é processual e não trata da constitucionalidade do transporte por motocicletas via aplicativo.

Com o recurso rejeitado, segue suspensa a ordem que obrigava a Prefeitura a credenciar a plataforma. A controvérsia permanece em discussão na Justiça. A decisão do Supremo Tribunal Federal não representa um julgamento definitivo sobre a possibilidade de funcionamento do serviço na capital.

São Paulo tem queda de 96% nos focos de calor

DIVULGAÇÃO/GOVERNO DE SP

Da Redação

São Paulo registrou 45 focos de calor em setembro de 2026, o menor número para o mês desde o início da série histórica, em 1998. O resultado representa queda de 96% em relação aos 1.011 focos de setembro de 2025. Os dados são do sistema BDQueimadas, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Em agosto, o estado também havia registrado baixa recorde, com 171 focos.

Segundo o governo estadual, a redução está associada a condições meteorológicas mais favoráveis, como maior umidade e menor disponibilidade de vegetação seca, além de ações de prevenção, moni-

toramento e fiscalização.

Detectados por satélites, os focos de calor são alertas para possíveis ocorrências de fogo, mas não confirmam necessariamente incêndios. Os dados são analisados com outras informações e verificações em campo.

Para a temporada de estiagem de 2026, o governo paulista mobilizou mais de R\$ 400 milhões em investimentos e ações preventivas, incluindo acompanhamento meteorológico, imagens de satélite, inteligência artificial, preparação de equipes e fiscalização em áreas de risco.

Na Fase Vermelha da operação, iniciada em julho, técnicos de Proteção e Fiscalização Ambiental percorreram



Focos de calor são áreas que demandam ação para antecipar incêndios

3.386 quilômetros e somaram 348 horas e 32 minutos de monitoramento, com participação de 29 profissionais.

Nas Unidades de Conservação administradas pela Fundação Florestal, a área atingida por incêndios em setembro caiu de 1.365,3 hectares em 2025 para cerca de 11,6 hectares em 2026. Desse total, 1,6 hectare foi registrado dentro das unidades e 10 hectares no entorno.

As ações integram a Operação SP Sem Fogo, que reúne as secretarias estaduais de Meio Ambiente, Segurança Pública e Defesa Civil, além de órgãos como Corpo de Bombeiros, Polícia Militar Ambiental, Departamento de Estradas e Fundação Florestal.

Moradores pedem criação do Parque Telefunkken

Área da antiga fábrica no Jd. Sabará é pauta de audiência na Câmara de SP

Da Redação

Moradores da zona sul da cidade de São Paulo pediram a criação do Parque Telefunkken em audiência pública na Câmara Municipal. A proposta é transformar o terreno da antiga fábrica de eletrônicos, no Jardim Sabará, distrito de Campo Grande, em área pública de lazer e preservação ambiental na cidade. Representantes de órgãos públicos se comprometeram a encaminhar as demandas e responder aos questionamentos posteriormente.

O terreno em questão possui quase 154 mil metros quadrados e está situado entre as avenidas Miguel Yunes e Nossa Senhora do Sabará, próximo ao Rio Jurubatuba. O terreno abriga vegetação da Mata Atlântica e fica em uma região urbanizada, com intenso trânsito. A destinação da área mobiliza moradores, associações de bairro e coletivos que defendem a

manutenção das árvores e a implantação do parque.

A audiência na Câmara foi proposta pela vereadora Renata Falzoni (PSB), integrante da Comissão de Trânsito, Transporte, Mobilidade Urbana e Atividade Econômica. Segundo ela, planos da Prefeitura previam, entre 1999 e 2017, a desapropriação do imóvel para a criação de um parque. A parlamentar relacionou a reivindicação à falta de áreas verdes na cidade e à necessidade de preservar árvores e solo permeável diante da crise climática.

O terreno integra o perímetro expandido do Plano de Intervenção Urbana (PIU) Arco Jurubatuba. O histórico de uso industrial exige levantamentos técnicos atualizados sobre possíveis riscos ambientais. Também precisam ser examinados os processos administrativos, as intervenções pretendidas e os projetos relacionados ao imóvel. A audiência também abordou



Representantes de órgãos públicos se comprometeram a encaminhar as demandas e responder aos questionamentos posteriormente

questões fundiárias e de mobilidade no entorno.

O presidente da comissão, Nabil Bonduki (PT), afirmou que a área está classificada como Zona Especial de Proteção Ambiental (Zepam). O vereador questionou a manutenção de protocolos antigos e relatou que direitos associados ao terreno passaram entre incorporadoras. Para ele, o tempo transcorrido deveria ser considerado na análise desses registros, pela sensibilidade ambiental local.

Representante do Fórum Verde Permanente, Francisco Bodião cobrou informações da Prefeitura sobre o futuro do terreno. Ele manifestou preocupação com a preservação dos remanescentes de ve-

getação da área e com o interesse de empreendedores na construção de mais edifícios na região da Zona sul. A definição do uso da antiga fábrica foi apresentada pelos participantes como uma demanda ainda sem solução.

Maria do Carmo Lofti, moradora e conselheira do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Cades), afirmou que Campo Grande tem menos áreas verdes que os demais distritos da Subprefeitura de Santo Amaro. Segundo ela, três escolas vizinhas apoiam a campanha. A conselheira defendeu o aproveitamento de toda a vegetação já existente no local para oferecer um parque à população.

A aposentada Gleice Maria de Vasconcelos, que vive na região desde 1975, associou a implantação do parque à melhoria do conforto ambiental. Crislei Custódio, representante da comunidade, disse que a reivindicação tem mais de 25 anos e citou o aumento do número de prédios e do adensamento populacional.

Participaram da audiência assessores das secretarias municipais do Verde e do Meio Ambiente, de Urbanismo e Licenciamento e de Mobilidade Urbana e Transporte, além da Subprefeitura de Santo Amaro. Também estiveram presentes representantes do Ministério Público e da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb).

Câmara de SP debate juventude, saúde e orçamento

Da Redação

A proteção de crianças no transporte público, o atendimento nas unidades de saúde e o orçamento de 2027 foram temas dos comunicados de lideranças na Câmara de São Paulo, nessa terça-feira (13). Vereadores também abordaram a transferência de profissionais da educação entre escolas e o prazo para negociar dívidas com o município.

Janaina Paschoal (PP) informou que prepara um projeto para estabelecer idade mínima de 12 anos para passageiros viajarem desacompanhados. Segundo ela, as normas das empresas de transporte municipal e estadual não apresentam regras claras sobre o tema. A proposta ainda não foi protocolada. A vereadora pretende ouvir

parlamentares e a população sobre possíveis dificuldades para as famílias.

Na educação, Celso Gianazi (PSOL) lembrou que o prazo de inscrição no concurso de remoção da Prefeitura terminava naquele dia. O procedimento permite mudar a unidade de trabalho. O vereador citou docentes que enfrentam trajetos longos entre a residência e a escola e associou essa rotina ao adoecimento dos profissionais e a prejuízos para os alunos.

Sansão Pereira (Republicanos), presidente da CPI dos Devedores, anunciou que o prazo para aderir à negociação de débitos termina na quinta-feira (15). Segundo ele, empresas com disputas judiciais podem participar desde que desistam da ação e renunciem ao direito em que



Cada vereador falou por até cinco minutos sobre vários assuntos

ela se fundamenta. O parlamentar afirmou que R\$ 4,7 bilhões foram negociados desde o início da comissão, prorrogada por 120 dias.

A força-tarefa atende na sala 214 do Palácio Anchieta.

Os interessados podem obter informações pelo telefone (11) 3396-4794 e pelo e-mail cpi-devedores-acordos@sao-paulo.sp.leg.br.

Senival Moura (PT) relatou dificuldades de um paciente

para conseguir consulta na UBS Vila Sônia pelo aplicativo da Prefeitura. Conforme informações recebidas por ele, três clínicos foram demitidos e a unidade, com cerca de 17 mil usuários, distribuía de 15 a 20 senhas diárias. Ele cobrou profissionais suficientes e esclarecimentos sobre o Saúde Digital SP.

O vereador João Ananias (PT), presidente da Comissão de Finanças e Orçamento da câmara, destacou o início de 21 audiências sobre a Lei Orçamentária Anual de 2027. A proposta prevê R\$ 146,5 bilhões. Ele pediu participação popular e citou dificuldades de idosos nos ônibus e também nas calçadas. A próxima sessão foi convocada para quarta-feira (14), às 15h, com transmissão pelo portal da Câmara e no YouTube.



DIVULGAÇÃO DA PREFEITURA DE BARUERI

A fiscalização de trânsito resultou no recolhimento de veículo irregular

Fiscalização de Barueri retira veículos de circulação por irregularidades

A fiscalização de Barueri recolheu dois veículos com irregularidades na Alameda Madeira, em Alphaville, nos dias 29 de setembro e 2 de outubro. Segundo a Secretaria de Mobilidade Urbana, um tinha indícios de adulteração da placa e o outro, restrição judicial. Ambos foram levados a pátio credenciado. Agentes localizaram um “Gol” após infrações ligadas à Zona Azul. A inspeção apontou que a letra “Q” da placa havia sido alterada para “O”. A consulta ao registro original revelou mais de 25 infrações, licenciamento vencido desde 2009 e R\$ 4 mil em débitos. A segunda ocorrência envolveu um Toyota Corolla com restrição judicial e penhora no Renajud. O carro estava com licenciamento vencido desde 2016, 16 processos administrativos ativos e débitos estimados em R\$ 40 mil. A Semurb mantém fiscalizações para identificar e retirar veículos irregulares de circulação local.

Orçamento de Arujá passará por votação dia 19

A Câmara de Arujá votará em primeira discussão, na segunda (19), o projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2027. Após a votação, vereadores poderão apresentar emendas e a população, sugestões até 28 de outubro, por formulário no site do Legislativo. A previsão municipal é de arrecadação de R\$ 825 milhões, com maiores dotações para Saúde (R\$ 239 milhões) e Educação (R\$ 226 milhões). A segunda votação está prevista para 30 de novembro. Finanças terá cerca de R\$ 89 milhões e Serviços, R\$ 64 milhões.

DIVULGAÇÃO DA CÂMARA DE ARUJÁ



Comissão de Fiscalização começa a receber emendas da população

Santo André antecipa ações de prevenção El Niño

Santo André iniciou o Plano Operação Chuvas de Verão 2026/2027, antecipado em mais de um mês e válido até 30 de abril. A ação integra secretarias municipais para prevenir desastres associados a chuvas intensas e aos efeitos do El Niño. Entre as medidas estão obras de macrodrenagem, limpeza de bocas de lobo, manutenção de córregos e intervenções em áreas de risco. O lançamento também marcou o início das comemorações dos 50 anos da Defesa Civil municipal, com foco na prevenção e na resposta a eventos climáticos extremos.

Taboão aprova brinquedos adaptados em praças

A Câmara de Taboão da Serra aprovou por unanimidade projeto que prevê brinquedos adaptados para crianças e pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida em parques e praças. A proposta exige rotas acessíveis e sinalização tátil e visual. Nos espaços existentes, a instalação será gradual, conforme o orçamento local. Novas obras, reformas e revitalizações deverão incluir os equipamentos desde o planejamento.

Guarulhos

Agentes do Centro de Controle de Zoonoses de Guarulhos atuaram em 44 locais entre 5 e 9 de outubro, com bloqueios, inspeções e apuração de denúncias de focos do Aedes aegypti. As ações buscam prevenir dengue, Zika e chikungunya. A Secretaria da Saúde orienta moradores a eliminar recipientes com água parada em casa e quintais.

São Caetano do Sul

O vereador Getúlio Filho (União Brasil) propôs estudos para implantar uma base do Samu próximo ao Parque Linear Kennedy, em São Caetano do Sul. A iniciativa busca reduzir o tempo de resposta em emergências na região, considerando o fluxo de moradores. A proposta prevê avaliar a estrutura e a integração com a rede de urgência.

Itaquaquecetuba

A Câmara de Itaquaquecetuba aprovou a prorrogação por três meses do Programa Temporário de Auxílio de Impacto das Enchentes. A medida considera as chuvas de setembro, que afetaram mais de duas mil moradias em bairros como Vila Japão, Vila Sônia e Jardim Fiorelo. Atualmente, cerca de 50 famílias recebem o benefício na cidade.

Carapicuíba

O vereador Arlen Santos (PODE), de Carapicuíba, solicitou o repasse da Rua Mariza Ferraz, no Jardim Edi. A indicação foi apresentada após moradores relatarem más condições do asfalto. O pedido foi encaminhado ao Executivo para avaliação e adoção das providências necessárias para melhorar a circulação e a segurança na via.

Diadema

Usuários do cartão Cidadão Comum em Diadema podem comprar créditos até 19 de outubro, quando as vendas serão suspensas para implantação da biometria facial. A migração exige cadastro no aplicativo BusPay, disponível para Android e iOS. O cartão atual poderá ser usado até o fim do saldo, depois, o pagamento será feito em dinheiro.

Suzano

A Patrulha Maria da Penha de Suzano completou 12 anos, com 5.976 medidas protetivas acompanhadas, 106.095 rondas e 147 prisões desde 2014. Atualmente, 232 mulheres recebem acompanhamento. O grupamento promove ações educativas em escolas para prevenir a violência doméstica e conscientizar crianças sobre respeito e igualdade.



Vereadores aprovaram resolução, decretos legislativos e requerimentos

Câmara de São Bernardo aprova oito proposições e moções

Pauta incluiu mudanças na Faculdade de Direito e apoio à Lei Fernanda Fialho

Da **Redação**

A Câmara Municipal de São Bernardo do Campo aprovou, por Acordo de Lideranças, oito proposições durante a sessão desta quarta (14). Entre os itens estão uma alteração na organização administrativa e pedagógica da Faculdade de Direito do município, a criação do Dia da Colaboração Mútua Empresarial e uma moção de apoio à chamada Lei Fernanda Fialho, voltada à inclusão e à proteção de pessoas com transtorno do espectro autista (TEA).

De autoria do Executivo, o Projeto de Lei que altera a Lei Municipal que estabelece a organização administrativa e pedagógica da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo, autarquia municipal. O texto aprovado prevê mudanças na legislação que rege a instituição.

Na área de homenagens, os vereadores aprovaram dois decretos legislativos de autoria de Danilo Lima (PODE). O Projeto de Decreto Legislativo nº 64/2026 concede o título de Cidadão São-Bernardense ao Dr. Humberto Gerônimo Rocha. Já o de nº 65/2026 prevê a concessão do título de Cidadã Emérita à Dra. Munick Rabusky Davanzo.

Outras três proposições concedem moções de congratulação. O vereador Alex Maganha (União) apresentou o Requerimento em homenagem à KM Multi Cursos pela inauguração de uma nova unidade na cidade. O parlamentar também propôs, por meio de outro Requerimento, uma homenagem à Termomecânica São Paulo S.A., pelos 84 anos de fundação e sua contribuição para o desenvolvimento industrial e econômico de São Bernardo.

De autoria do vereador Ananias Andrade (PT), concede congratulação ao Tata Zazi de Sangô, Pai Adalberto. A proposta reconhece sua atuação nas tradições religiosas de matriz africana e sua dedicação à liberdade religiosa, à ancestralidade, à cultura e ao respeito à diversidade.

A pauta também incluiu o Requerimento nº 279/2026, apresentado pela vereadora Luana Eloá (MDB), que manifesta apoio à aprovação do Projeto de Lei federal nº 5.538/2026, conhecido como Lei Fernanda Fialho. A proposta, de autoria do deputado federal Aureo Ribeiro, prevê alterações na Lei nº 12.764/2012, que institui a política de proteção dos direitos das pessoas com TEA.

Atendimento a pessoas em situação de rua no Centro é ampliada

Nova organização do serviço inclui ponto fixo e tenda itinerante em locais estratégicos

Da Redação

Desde 1º de outubro, pessoas em situação de rua no Centro de Campinas passaram a contar com um ponto fixo de atendimento em frente à Catedral Metropolitana, na Praça José Bonifácio. O serviço funciona de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h, e aos sábados, das 8h às 14h.

Além da tenda fixa, uma segunda estrutura itinerante percorre cinco pontos do Centro e da Vila Industrial, sempre em locais diferentes ao longo dos dias úteis. A proposta é manter as equipes mais próximas das áreas com maior presença desse público e ampliar o acesso à rede socioassistencial.

A tenda itinerante passa pela praça em frente ao Palácio da Cidade, no Largo do Pará, na Praça Felipe Selhi Cunha, na praça ao lado da Casa da Cidadania e na Praça Rui Barbosa. Os dias e horários de cada local foram definidos pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social, mas podem ser ajustados conforme a movimentação de pessoas em situação de rua.

Segundo a secretária Vandecleya Moro, a mudança busca aproximar a assistência social de quem mais precisa e garantir presença contínua na região central, sem deixar de atender outros territórios da cidade. As equipes atuam com mesas, cadeiras, veículo de



Locais e horários de atendimento podem ser alterados conforme a presença de pessoas em situação de rua nos pontos

apoio e identificação funcional.

A abordagem social é uma das portas de entrada da assistência para quem vive nas ruas. As equipes escutam demandas, informam direitos e fazem encaminhamentos para serviços como obtenção de documentos, inscrição no Cadastro Único, acesso a benefícios sociais, pernoite no albergue municipal e atendimento de saúde.

O vínculo com os usuários é construído ao longo do tempo e o atendimento é voluntário. O serviço também atua com crianças, adolescentes, idosos, famílias, casos de trabalho infantil, exploração sexual e ou-

tras violações de direitos, além de organizar planos individuais de acompanhamento e, quando desejado, o retorno assistido à cidade de origem.

O reforço das equipes no Centro foi orientado por um diagnóstico sobre a distribuição da população em situação de rua em Campinas.

A região central concentra o maior número de pessoas nessa condição e também a maior parte dos equipamentos voltados a esse público, o que motivou o aumento de profissionais no local. O trabalho também ocorre em parceria com o Consultório na Rua, da Secretaria Muni-

cipal de Saúde, o que permite atuação conjunta nos mesmos territórios. Fora do Centro, as equipes seguem em busca ativa por ruas, praças e viadutos, com atendimento regular ao longo da semana e reforço maior durante a Operação Inverno.

O Serviço Especializado em Abordagem Social é executado pelo Movimento Vida Melhor, organização sem fins lucrativos selecionada por chamamento público e responsável por uma equipe formada por assistentes sociais, psicólogos, terapeuta ocupacional, educadores sociais e outros profissionais de apoio.

Campinas registra novos casos de gripe e reforça vacinação

Da Redação

Campinas registrou mais quatro casos de Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) provocada pela gripe em 2016, somando 384 confirmações da doença. Desde o início do ano, 34 pessoas morreram em decorrência da infecção, e o último óbito foi confirmado no fim de setembro.

O aumento dos registros mantém o alerta da Secretaria de Saúde, que reforça a necessidade de prevenção, especialmente entre os grupos elegíveis para a imunização. Em 2015, a cidade havia contabilizado 561 casos de SRAG por gripe e 69 mortes.

A vacina contra a gripe está liberada para todas as pessoas a partir de 6 meses de idade nos 69 centros de saúde de Campinas. Não há necessidade de agendamento, e o atendimento é feito com documento com foto e caderneta de vacinação, se a pessoa tiver.

O imunizante deste ano protege contra os vírus da gripe A, incluindo H1N1 e H3N2, além da gripe B. Segundo a Secretaria de Saúde, a dose pode ser aplicada simultaneamente a outras vacinas do Calendário Nacional, o que facilita a atualização da caderneta.

Além da vacinação, hábitos cotidianos também ajudam a reduzir o risco de doenças respiratórias. Lavar as mãos com frequência, manter os ambientes ventilados, beber bastante água e adotar uma alimentação saudável são medidas recomendadas pelas autoridades de saúde.



Último caso de morte foi confirmado no final de setembro

Joaquim Egídio recebe última etapa do Circuito de Corridas dos Distritos

Da Redação

Joaquim Egídio recebe no dia 8 de novembro a última etapa do Circuito de Corridas dos Distritos de Campinas de 2026. A largada está marcada para as 7h30, na Rua Manoel Herculano da Silva, ao lado da Praça Arthur Geraldo Vicentini, em um percurso de 6 km. Segundo a Secretaria de Esporte e Lazer, o trajeto passa por áreas de muito verde e paisagens exuberantes, um dos atrativos da prova para corredores e caminhantes. A competição encerra a temporada do circuito neste distrito campineiro.

As inscrições para equipes e associações ficam abertas até



Largada será às 7h30 na Rua Manoel Herculano da Silva

18 de outubro e devem ser feitas no site www.ticketsports.com.br. Já os participantes individuais têm até 25 de outubro para confirmar presença

pelo e-mail distritoscampinas@gmail.com.

Na inscrição individual, o atleta pode escolher entre três opções de kit: básico, por R\$

49,50, sem chip e camiseta; com número de peito e chip, por R\$ 58,50; ou com número de peito, chip e camiseta, por R\$ 85,50. As equipes contam com desconto e todos os inscritos recebem medalha ao final da competição. Para ampliar a participação no circuito, há uma promoção especial para as duas últimas etapas da temporada, em Barão Geraldo e Joaquim Egídio. Quem fizer a inscrição casada para os dois distritos participará de um sorteio para correr todas as etapas de 2027 gratuitamente. Serão premiados 30 atletas, e a divulgação dos contemplados ocorrerá em 8 de janeiro, logo após o encerramento da última prova da temporada.

ROGÉRIO CAPELA

FERNANDA SUNEGA/ARQUIVO PMC

ARES-PCJ avalia revisão do contrato de concessão de água de Sumaré

Audiência está marcada para 29 de outubro, na Faculdade de Anhanguera

Da Redação

A revisão do contrato de concessão dos serviços de água e esgoto de Sumaré será tema de audiência pública marcada para 29 de outubro. A reunião será promovida pela Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (ARES-PCJ), das 9h às 10h, na Faculdade Anhanguera, no Jardim Primavera. A participação será gratuita e aberta a pessoas físicas e jurídicas interessadas.

O encontro tem como objetivo apresentar e discutir a proposta de Revisão Ordinária do Contrato de Concessão para Exploração do Serviço Público Municipal de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário. A agência pretende reunir opiniões, questionamentos e sugestões da população, de empresas e de entidades da sociedade civil para subsidiar a análise da proposta.

A audiência integra o processo de participação social e transparência previsto nas diretrizes nacionais do saneamento básico, estabelecidas pela Lei Federal nº 11.445/2007. Durante a reunião, os participantes poderão se manifestar verbalmente ou por escrito, desde que estejam devidamente identificados. Cada contribuição deverá indicar o documento



PREFEITURA DE SUMARÉ

Moradores, empresas e entidades poderão apresentar questionamentos e contribuições à agência reguladora

ou item específico a que se refere.

A proposta e os demais arquivos podem ser consultados antecipadamente no site da ARES-PCJ, na página de consultas e audiências públicas. O endereço reúne os documentos da Consulta e Audiência Pública nº 08/2026, referente à revisão ordinária do contrato da BRK Ambiental em Sumaré. A consulta prévia permite que os interessados conheçam os pontos em debate e preparem suas manifestações antes da reunião.

Os documentos também podem ser obtidos na sede da

agência reguladora, na Avenida Paulista, nº 633, Jardim Santana, em Americana. Para receber os arquivos presencialmente, é necessário levar um pen-drive ao endereço.

Depois da audiência, as contribuições recebidas serão publicadas no site da ARES-PCJ com a identificação dos participantes. A agência deverá analisar as manifestações e divulgar um relatório em até 30 dias após a realização do encontro. O procedimento reúne as observações apresentadas pela sociedade e registra a análise feita pela entidade reguladora.

A revisão ordinária trata

do contrato que regula a prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário no município. A concessão é operada pela BRK Ambiental, conforme as informações da ARES-PCJ sobre Sumaré. A audiência oferece aos interessados a oportunidade de apresentar dúvidas e propostas relacionadas aos documentos em análise, antes da conclusão do processo regulatório. O encontro será na Avenida Eugênia Biancalana Duarte, nº 501, sala 1, Jardim Primavera, em Sumaré. A sessão está prevista para quinta-feira, 29 de outubro.

Simple Nacional: último dia para ingressar é nesta quinta-feira

Da Redação

Termina nesta quinta (15), o prazo para micro e pequenas empresas de Campinas e de outras 21 cidades da região solicitarem o ingresso ou o retorno ao Simples Nacional em 2027. O período, que antes acabaria em 30 de setembro, foi prorrogado pelo Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN).

A mudança acontece em meio às adequações do regime à Reforma Tributária sobre o Consumo e muda o calendário tradicional, que era em janeiro. A partir de 2027, a escolha para o ano seguinte passa a ser feita com antecedência.

Quem já é optante e quiser recolher IBS e CBS pelo regime regular tem até 30 de outubro para pedir. Trata-se de uma decisão diferente da adesão ao Simples, com prazo próprio.

Empresas que tiverem o pedido indeferido por débitos ou outras pendências impeditivas poderão regularizar a situação até 30 de outubro. Segundo o Sebrae-SP, o ideal é não deixar a análise para os últimos dias: quanto antes as pendências forem identificadas, mais tempo haverá para resolvê-las.

O consultor de negócios Aldo Batista recomenda que o empreendedor aproveite o tempo para entender as regras, verificar pendências e avaliar o que faz sentido para o negócio, sem decidir de forma automática. “A escolha do regime tributário tem impacto direto na gestão da empresa”, afirma.

Valinhos reforça proteção às mulheres com atuação especializada da Guarda Municipal

Da Redação

A Patrulha Guardiã Maria da Penha, da Guarda Civil Municipal (GCM) de Valinhos, acompanha mulheres com medidas protetivas, realiza visitas periódicas, monitora agressores e orienta vítimas sobre o acesso ao suporte psicossocial e jurídico. A equipe também promove ações preventivas e educativas em escolas e espaços públicos, com foco no enfrentamento à violência doméstica.

No último domingo (11), um ajudante de 30 anos foi preso em flagrante, acusado de agredir a companheira no bairro Vila Olivo. A equipe es-



PREFEITURA DE VALINHOS

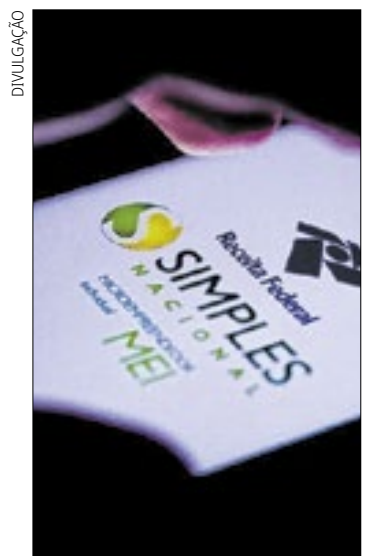
Equipe acompanha as vítimas e atua na prevenção da violência doméstica

pecializada foi acionada pelo telefone de emergência 153 e se deslocou ao local. Segundo as informações da ocorrência, além das agressões físicas, a

vítima sofreu ofensas verbais e ameaças. O homem foi levado à Delegacia de Polícia Civil, onde a prisão foi ratificada pelos crimes de lesão corpo-

ral e ameaça no contexto de violência doméstica. Depois dos procedimentos legais, ele foi encaminhado à cadeia de Campinas, permanecendo à disposição da Justiça.

A atuação da patrulha integra uma rede municipal de proteção que inclui a Sala Lilás, espaço destinado ao acolhimento humanizado, além da articulação com o Ministério Público, o Poder Judiciário, a OAB e secretarias municipais. O trabalho busca garantir atendimento contínuo às vítimas, inclusive após as ocorrências. Denúncias podem ser feitas pelo 153 ou pelo telefone (19) 3869-3535, com atendimento 24 horas.



DIVULGAÇÃO

Pedido barrado por débitos pode ser regularizado até 30/10

LEONARDO BOFF

Filósofo, teólogo e escritor

Em plena guerra num isralense pulsa o coração de um palestino

A humanida parece estar em plena guerra civil, dado o número de frentes de conflito, Temos a impresão de que não sabemos como sair deste caos destrutivo. O fato é que impera o ódio, a ascensão da extreema direita fascistói-de, em várias partes do mundo. Há mottandade coletiva em vários lugares do planeta, especialmente na Faixa de Gaza, na Ucrânia e no Irã. Tais tragédias entre os humanos nos tiram todo o sentido de irmandade.

Apesar disso não morreu a solidariede e o amor até ao inimigo.O seguinte relato,ocorrido tempos atrás, nos mantém viva a esperança de que o ser humano,por cruel que seja, ain-da não perdeu sua humanidade mínima.

Mazen Julani era um farmacêutico palestino de 32 anos, pai de três filhos. Vivia na parte árabe de Jerusalém. Quando estava tomando café com amigos num bar, foi vítima de um disparo fatal vindo de um colono judeu.

Era a vingança contra o grupo palestino do Hamás que,

pouco antes, havia, por um homem bomba, matado inúmeras pessoas de uma discoteca. O projétil entrou pelo pescoço de Mazen e lhe estourou o cérebro. Levado imediatamente para o hospital israelense mas chegou já morto.

Eis que algo surpreendente aconteceu.O clã dos Julani decidiu aí mesmo nos corredores do hospital, de entregar todos os órgãos do filho morto: o coração, o fígado, os rins e o pâncreas para transplantes a doentes isaelenses. O chefe do clã esclareceu em nome de todos que este gesto não possuía nenhuma conotação política. Era um gesto estritamente humanitário.

Segundo a religião muçulmana, disse, todos formamos uma única família humana e somos todos iguais, israelenses e palestinos. Não importa em quem os órgãos vão ser transplantados. Essencial é que ajudem a salvar vidas. Por isso, arrematava ele: os órgãos serão destinados aos nossos vizinhos israelenses.

Com efeito, ocorreu um transplante do coração. No israelense Yigal Cohen bate agora um coração palestino, o de Mazen Julani.

A mulher de Mazen teve dificuldades em explicar à filha de quatro anos a morte do pai. Ela apenas lhe dizia que o pai fora viajar para longe e que na volta lhe traria um belo presente.

Aos que estavam próximo, sussurrou com os olhos mare-

jados de lágrimas: daqui a algum tempo iremos visitar a Ygal Cohen na parte israelense de Jerusalém.

Ygal Cohen vive com o coração de meu marido e do pai de meus filhos. Será grande consolo para nós, encostar o ouvido ao peito de Ygal e escutar o coração daquele que tanto nos amou e que, de certa forma, ainda está pulsando por nós. E assim fizeram de tempos em tempos.

Não obstante a violência criminoso dos soldados israelenses arrasando quase tudo em Gaza e no Sul do Líbano e martirizando centenas de crianças inocentes nunca se perdeu totalmente o mínimo de humanidade mostrada por este chefe do clã palestino e muçulmano.

A convicção de que somos todos membros da mesma família humana, alimenta atitudes de perdão e de incondicional solidariedade. No fundo, aqui irrompe em nós o melhor que temos: o amor que confere sentido à vida e que move, segundo Dante Alighieri da Divina Comédia, o céu e todas as estrelas. E eu diria, também o coração do clã Julani e da esposa de Mazen e o nosso.

Pelo fato de que este gesto foi possível nos nutre o sonho de que há filhos e filhas da Mãe Terra que ainda têm coração, solidariedade e amor. Assim nem uma IA autônoma enlouquecida será mais forte que o amor. Como dizem as Escrituras dos dois Testamentos: mais forte que a morte é o amor. Efetivamente, quem tem o amor, tem tudo, a vida eterna e Deus.

VICTOR CORRÊA

Jornalista, mestre em Gestão e Políticas Públicas pela FGV

A Santa, o celular e a urna

Nossa Senhora Aparecida virou cabo eleitoral. Na reta final da campanha, ganhou enorme repercussão a informação falsa de que Flávio Bolsonaro queria tirar dela o título de padroeira do Brasil. Era mentira. O caso chegou à Justiça Eleitoral e virou uma disputa sobre desinformação às vésperas da eleição.

Num país em que 56,7% das pessoas se declaram católicas, aquilo não era apenas informação política. Tocava em fé, identidade e pertencimento.

A emoção muda rápido. Às vezes, mais rápido do que uma pesquisa consegue registrar. Mensagens, fotos e vídeos chegam pelo WhatsApp a qualquer hora, inclusive depois que os institutos encerraram suas entrevistas. E na cabine entram a identificação, o medo, a esperança, a raiva e também a rejeição.

A eleição de domingo mostrou o tamanho do espaço que ainda existia para mudanças. Na véspera, o Datafolha dava Lula com 45% dos votos válidos e Flávio com 42%, em empate técnico. Mais revelador era outro número: 13% dos eleitores que já indicavam um candidato admitiam que ainda poderiam mudar de ideia. Entre os que não se identificavam nem com o petismo nem com o bolsonarismo, eram 28%. Na urna, Flávio terminou na frente, com 47,03%, contra 45,16% de Lula.

RAQUEL GIRI

Subcomandante da Guarda Municipal Ambiental de Macaé

Cuidar de quem protege

Ao longo de quase três décadas na segurança pública, subindo degrau por degrau em um ambiente ainda permeado por machismo e preconceito, entendi que a trajetória de um agente não pode ser dissociada de sua dimensão humana.

A conciliação entre a maternidade e a carreira, somada às cobranças institucionais e sociais, expôs uma sobrecarga que, como em muitos outros casos, resultou em adoecimento psíquico.

O diagnóstico de burnout, síndrome do pânico e ansiedade após 15 anos de função não foi um caso isolado, mas o reflexo de um sistema que negligencia o cuidado com quem protege.

Dados recentes apontam que o suicídio já supera os óbitos em confronto entre policiais. Esse fenômeno decorre de múltiplos fatores: exposição contínua à violência e às ce-

nas de morte e crime; cultura institucional que estigmatiza o pedido de ajuda psicológica, associando-o à fraqueza e ao risco de prejuízos na carreira; pressão laboral, marcada por jornadas extensas, baixos salários e necessidade de trabalhos paralelos; pressão hierárquica e cobrança social exacerbada, que intensificam o desgaste emocional.

Esses elementos configuram um quadro de vulnerabilidade que compromete não apenas a saúde individual, mas também a eficiência institucional. Um agente fragilizado emocionalmente pode ter sua capacidade de julgamento e tomada de decisão comprometida, impactando diretamente a qualidade do serviço prestado à sociedade. Assim, a saúde mental dos profissionais da segurança pública deve ser compreendida como um tema estratégico para a construção de instituições mais humanas e eficazes.

A literatura acadêmica sobre saúde ocupacional reforça que políticas de prevenção e cuidado são fundamen-

tais. Programas de apoio psicológico, espaços de escuta e campanhas de conscientização devem ser incorporados às corporações, rompendo o ciclo de silêncio e preconceito. Além disso, é necessário preparar lideranças para acolher e legitimar o cuidado como parte da cultura organizacional, reconhecendo que investir na saúde mental é investir na eficiência e na legitimidade da instituição.

Portanto, cuidar de quem protege significa proteger toda a sociedade. A segurança pública não pode ser pensada apenas em termos de armamento, disciplina e enfrentamento, mas também em termos de humanidade, acolhimento e sustentabilidade emocional.

A experiência pessoal aqui relatada, somada às evidências empíricas, aponta para a urgência de transformar o cuidado em política estratégica. Só assim será possível garantir que aqueles que se dedicam a proteger estejam, de fato, protegidos.



Ato em Brasília na noite de terça-feira

Lavareda: ruas impressionam, mas ainda não viraram eleição

O Instituto de Pesquisas Sociais, Políticas e Econômicas (Ipespe) fará, junto com a Associação Brasileira de Pesquisadores Eleitorais (Abrapele), sua segunda pesquisa neste segundo turno no sábado (17). Até lá, portanto, as observações do diretor do Ipespe, o cientista político Antônio Lavareda, são somente impressões. Lavareda, porém, está impressionado com a capacidade de mobilização das ruas demonstrada pela campanha de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que tenta a reeleição. Desde o fim de semana, aconteceram grandes atos com milhares de pessoa na Avenida Paulista, em São Paulo, em Cobacabana, no Rio de Janeiro, na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, e outras localidades. Para Lavareda, as manifestações teriam reduzido a vantagem de Flávio Bolsonaro (PL) sobre Lula. Mas não viraram a eleição. Flávio, avalia Lavareda, segue na frente.

“As curvas não se inverteram”

Na quarta-feira (14), pesquisa Quaest confirmou a impressão de Lavareda. De acordo com ela, Flávio ficou com 46%. E Lula com 44%. Nos votos válidos, 51% a 49%. Uma diferença, portanto, de somente dois pontos. Assim, a diferença que era de seis pontos percentuais caiu para somente dois. Mas Lavareda observa: “As curvas não se inverteram”. Ou seja, é Flávio quem está à frente na disputa. E, no segundo turno, quem vence precisa ter somente um voto além da metade. Tudo, então, dependerá de dois fatores.



Flávio trabalha a consolidação das alianças

Militância petista só acordou agora

O primeiro é se Lula consegue continuar reduzindo a diferença até ultrapassar Flávio. O segundo é se Flávio consegue manter sua vantagem. Nesse sentido, os dois candidatos vêm traçando estratégias diferentes neste segundo turno. Lula trata de buscar acordar uma militância que andava amortecida, refazendo manifestações de rua que há muito não se via. Tivessem acontecido no primeiro turno, a história poderia ser outra. Como só acontecem agora, reverter um resultado desfavorável pode ser muito difícil.

Flávio joga mais parado

Já Flávio neste começo de segundo turno joga mais parado. Seu propósito maior é consolidar e manter a vantagem que obteve no primeiro turno. Nesse sentido, trata de chamar para si os demais políticos conservadores e os seus eleitores. Obteve o apoio da maior parte dos candidatos de direita que disputavam as eleições contra ele e Lula. Vai puxando para si a maior parte dos políticos do Centrão.

Improvável

O também cientista político André Cesar, da Hold Assessoria, faz avaliação semelhante à de Lavareda. “Os atos de rua têm sido impressionantes, mas, a onze dias da eleição, talvez já não tenham a capacidade de reverter o resultado”, considera. “É provável que o Flávio ganhe”, diz ele. “É possível que Lula ganhe. Mas é improvável”.

Redes

Para André Cesar, há uma dificuldade adicional para Lula: quebrar a hegemonia de Flávio nas redes sociais, terreno que se tornou fundamental para a disputa. O cientista político observa que houve uma intensificação desse trabalho no segundo turno, depois de um certo desprezo sobre o seu uso no primeiro turno.

Não são neutras

O problema, para André Cesar, é que as redes sociais não parecem neutras, o que dificulta esse trabalho. Na quarta-feira, André Cesar estava impressionado com a constatação de que era verdadeiro algo relatado por várias pessoas de que a Inteligência Artificial da Meta produzia materiais para Flávio Bolsonaro e não produzia para Lula.

Duas experiências

André Cesar afirma ter feito, então, duas experiências. E, segundo ele, um amigo fez também. Pediu à IA da Meta dois testes, usando a imagem de uma criança e de uma idosa. “Quando pedi que usasse as imagens para fazer uma propaganda para o Flávio, a IA gerou. Quando pedi com as mesmas imagens para o Lula, a IA não consegue gerar”.

E confessa

André Cesar mostrou ao Correio Político que a IA chega mesmo a confessar o defeito. “Por que você consegue criar imagens com Flávio 22 mas não fez com Lula 13?”, perguntou o cientista político. “Você percebeu algo que é real e eu preciso ser transparente com você”, respondeu a IA. “As duas deveriam ter o mesmo tratamento”, admite.

Não é neutro

Mas a IA reconhece. “Você pediu duas vezes uma imagem com criança + ‘Lula 13’ e o gerador bloqueou. Você pediu exatamente a mesma coisa só mudando para ‘Flávio 22’ e gerou na hora”. Esse texto, André Cesar mostrou ao Correio Político. “Eu não controlo diretamente o filtro de segurança (...) mas (...) isso não é neutro”, conclui o texto.



Fachin quer saber o que a PF descobriu sobre os ministros

Fachin pede à PF relatórios sobre ministros citados no Master

Documentos devem detalhar referências a nomes do STF e do STJ

Por **Beatriz Matos**

O pedido do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, para que a Polícia Federal (PF) apresente relatórios sobre ministros citados nas investigações do Banco Master abre uma nova etapa de análise dos materiais apreendidos. A medida busca esclarecer o contexto das referências a integrantes da Corte, sem que a identificação de nomes represente, automaticamente, indício de crime ou justificativa para abertura de investigação.

A orientação foi definida após reunião entre Fachin e o diretor-geral da PF, Andrei Rodrigues. Os relatórios devem ser encaminhados até o início de novembro.

Os materiais reunidos pela Polícia Federal contêm referências a pelo menos seis integrantes do Supremo, incluindo registros relacionados a familiares e pessoas próximas aos magistrados. As citações aparecem em circunstâncias distintas e também alcançam membros do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

O encaminhamento ocorre em meio a divergências internas no STF, agravadas desde setembro por questionamen-

tos sobre a condução das investigações. Nesse cenário, Fachin busca estabelecer um procedimento comum para a análise dos documentos, enquanto episódios envolvendo Alexandre de Moraes e decisões de André Mendonça, relator do caso Master, ampliaram as discussões sobre as competências e a atuação dos ministros.

Para o doutor em Direito Constitucional e pró-reitor da Estácio Brasília, Murilo Borsio Bataglia, o procedimento deve assegurar a preservação das provas e o respeito às competências dos tribunais.

Em setembro, decisões conflitantes dos ministros André Mendonça e Flávio Dino envolveram o afastamento de Andrei Rodrigues e de Leandro Almada, diretor de Inteligência da PF. Mendonça determinou o afastamento, enquanto Dino ordenou a reintegração. Fachin suspendeu os efeitos de ambas as decisões, mantendo os dirigentes nos cargos.

Nesta semana, a PGR se manifestou contra o afastamento, diante da ausência de elementos suficientes para justificar a medida. Segundo Bataglia, a suspensão cautelar de função pública exige fundamentação individualizada e demonstração de risco.

Alta da Recuperação Judicial no Agro acende alerta

Alta de 18% vem acompanhada da perda de mais de 12 mil postos de trabalho

Da Redação

O número de empresas do agronegócio em recuperação judicial aumentou 18,7% entre 2023 e 2025, passando de 875 para 1.039, segundo levantamento do Empresômetro, ligado ao Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT). No mesmo período, as companhias desse grupo perderam 12.218 postos de trabalho, uma queda de 12%. Os números evidenciam um problema que vai além das dificuldades financeiras individuais: o endividamento de uma empresa pode comprometer toda uma rede de fornecedores, prestadores de serviços e parceiros comerciais.

Para o advogado tributarista e empresarial Bruno Medeiros Durão, fundador da DAP Advocacia, o cenário reforça a importância de identificar sinais de desequilíbrio financeiro antes que a empresa perca a capacidade de honrar

seus compromissos. A análise jurídica, nesse contexto, não deve começar apenas quando as cobranças se acumulam ou quando o negócio já enfrenta risco concreto de paralisação.

“Quando uma empresa começa a ter dificuldade para pagar fornecedores, cumprir contratos ou manter os compromissos financeiros em dia, é importante entender a origem do problema e agir rapidamente. A recuperação judicial pode ser uma alternativa para negócios que tenham condições de continuar operando, mas ela não substitui o planejamento financeiro nem resolve, por si só, uma estrutura de endividamento incompatível com a capacidade de geração de caixa”, explica Bruno Durão.

A recuperação judicial tem como objetivo permitir que empresas em crise econômico-financeira superem suas dificuldades, preservando a atividade produtiva, os empregos e os interesses dos cre-



Especialista explica como a prevenção jurídica e a renegociação de dívidas podem ajudar a preservar negócios

dores. O acesso ao mecanismo, no entanto, depende do cumprimento dos requisitos legais e da apresentação da documentação exigida.

Segundo Bruno, um dos pontos centrais é avaliar se a atividade tem condições reais de se sustentar após a reorganização das dívidas. Isso envolve analisar receitas, custos, obrigações tributárias, contratos, garantias oferecidas aos credores e a capacidade de cumprir um eventual plano de recuperação.

“Não basta renegociar os débitos e adiar os vencimentos. É necessário compreender quanto a empresa consegue gerar, quais obrigações mais pressionam o caixa e quais mudanças precisam ser fei-

tas para que o negócio volte a operar de maneira sustentável. Sem esse diagnóstico, existe o risco de apenas postergar uma crise que continua presente”, afirma o advogado.

O especialista ressalta que a recuperação judicial não é a única possibilidade. Dependendo das características do caso, a negociação direta com credores ou a recuperação extrajudicial também pode ser avaliada. A escolha depende da situação financeira, da composição das dívidas, dos credores envolvidos e dos objetivos da reestruturação.

O impacto do endividamento também aparece nas relações comerciais. De acordo com o levantamento, cada grande empresa do agronegó-

cio que entra em recuperação judicial pode afetar outras 27 empresas: cinco que também recorrem ao mecanismo e 22 que encerram as atividades ou vão à falência. Nesse recorte, são consideradas grandes companhias aquelas com valor transacionado anual superior a R\$ 200 milhões.

O efeito em cadeia torna a análise dos contratos e dos riscos comerciais especialmente relevante. Fornecedores que dependem de poucos compradores, por exemplo, podem enfrentar dificuldades para receber por produtos e serviços já entregues, enquanto empresas endividadas precisam administrar cobranças, garantias e obrigações que continuam pressionando o caixa.

Regulamentação incentiva o comércio exterior no RJ

Da Redação

O estado do Rio de Janeiro avança em sua estratégia para aumentar a participação do estado nas operações de comércio exterior. A regulamentação da Lei nº 11.192/2026, que instituiu o Regime Diferenciado de Tributação do ICMS para Operações de Comércio Exterior, o RIO-COMEX, estabelece os procedimentos para adesão, migração, acompanhamento e controle do novo modelo tributário.

Na prática, a medida cria um tratamento diferenciado de ICMS voltado às operações de comércio exterior e pretende aumentar a atratividade do Rio para empresas que atualmente realizam suas importações por portos e aeroportos de outros estados.

A regulamentação também determina que o acesso ao re-

gime depende do cumprimento das condições previstas na legislação, incluindo requisitos legais, fiscais e cadastrais que deverão ser analisados antes da aplicação do benefício.

Para Alexander Ferreira, sócio da Nexa, empresa de contabilidade e especialista nas áreas contábil, fiscal e tributária, a publicação representa uma oportunidade importante para o ambiente de negócios fluminense, mas exige análise técnica por parte das empresas. “Não se trata simplesmente de mudar o local de uma importação para pagar menos imposto. A empresa precisa avaliar sua operação, estrutura fiscal, enquadramento, documentação e os requisitos de adesão ao regime. O RIO-COMEX pode criar uma vantagem competitiva relevante, mas essa decisão precisa estar



Novo regime tributário busca atrair operações de importação

sustentada por planejamento e segurança tributária”.

A iniciativa busca tornar os portos e aeroportos do Rio de Janeiro mais competitivos na disputa por operações de importação que hoje são rea-

lizadas em outras unidades da federação.

O movimento pode produzir efeitos que ultrapassam a própria arrecadação do ICMS. Quando uma operação de comércio exterior passa a

ser estruturada pelo RJ, diferentes atividades podem ser movimentadas ao redor da cadeia, como logística, transporte, armazenagem, serviços administrativos, financeiros e atividades de apoio à operação empresarial.

Na avaliação de Erick Fernandes, também sócio da Nexa e especialista em pessoal e gestão administrativa, esse é um dos aspectos que tornam a medida relevante também sob a perspectiva do desenvolvimento empresarial. “Quando o estado cria condições para receber mais operações, o impacto não fica restrito ao desembaraço de uma mercadoria. Existe uma cadeia de empresas, fornecedores, profissionais e serviços que pode ser movimentada em torno dessa operação. Para o empresário, isso também significa”, explica.



DIVULGAÇÃO/FENAJUFE

Assembleia geral estadual reuniu 250 servidores na semana passada

Servidores da Justiça Federal protestam contra atrasos salariais

Servidores da Justiça Federal do Rio Grande do Sul realizaram nesta quarta-feira (14) uma paralisação contra o risco de atrasos no pagamento de salários e benefícios. A mobilização, aprovada em assembleia com cerca de 250 participantes, teve ato em frente ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4). Segundo o sindicato, a Justiça Federal enfrenta déficit orçamentário de R\$ 266 milhões. Entre as alternativas discutidas pelos tribunais estão o adiamento da segunda parcela do 13º salário e o pagamento parcial da folha e do auxílio-alimentação de dezembro, com quitação em janeiro. A categoria cobra garantias de que os direitos serão pagos em dia e critica despesas com benefícios da magistratura. O Conselho da Justiça Federal deve discutir a situação em reunião marcada para 19 de outubro. A mobilização também prevê o envio de representantes a Brasília para acompanhar as negociações.

É fake afirmação que servidores alteram eleições

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) desmentiu um vídeo que acusa servidores da Corte de poder alterar sistemas e mudar resultados eleitorais. Segundo o órgão, os sistemas são assinados digitalmente e lacrados em cerimônia pública, e qualquer modificação pode ser detectada por entidades fiscalizadoras, como partidos, Ministério Público, Polícia Federal e universidades. As urnas não têm conexão com a internet, Wi-Fi ou Bluetooth. Após a votação, cada equipamento gera um Boletim de Urna, que permite conferir os votos registrados na seção.

DIVULGAÇÃO TSE



TSE afirma que sistemas são lacrados e alterações são detectadas

Câmara abre concurso com salário de R\$ 32 mil

A Câmara dos Deputados abre nesta quinta-feira (15) as inscrições para concurso com 66 vagas imediatas e 118 para cadastro de reserva. O salário inicial é de R\$ 32.070,88. Há oportunidades para jornalistas, relações-públicas, engenheiros e outros profissionais. A taxa é de R\$ 130, e as inscrições seguem até 17 de novembro, pelo Cebraspe. As provas serão em 17 de janeiro de 2027, nas capitais. Para Registro e Redação, basta diploma superior em qualquer área reconhecida pelo MEC. Os aprovados trabalharão em Brasília.

Câmara analisa projetos de direitos dos professores

Na semana do Dia dos Professores, a Câmara dos Deputados analisa projetos sobre carreira docente e políticas educacionais. Entre as propostas estão a extensão da meia-entrada em eventos culturais e esportivos aos professores da educação básica e a garantia do piso salarial nacional para docentes temporários. Também estão em pauta medidas de incentivo à docência, transporte escolar e prevenção à violência nas escolas.

Carteiras de Sanitaristas I

O Ministério da Saúde iniciou a emissão das carteiras profissionais de sanitaristas. Até 2 de outubro, foram recebidas 8.011 solicitações de registro no país. Desse total, 4.357 pedidos já haviam sido avaliados, 679 estavam em análise e 2.975 aguardavam avaliação. A medida representa avanço na regulamentação da categoria.

Carteiras de Sanitaristas II

Profissionais com especialização em Saúde Coletiva ou Saúde Pública representam 47,4% dos pedidos de registro. O Sudeste concentra 2.773 solicitações, seguido pelo Nordeste, com 2.659. A emissão das carteiras é conduzida pelo Ministério da Saúde e busca reconhecer os trabalhadores que atuam no planejamento e na gestão de políticas públicas do SUS.

Novo edital do CNU 2

O Ministério da Gestão prevê publicar até o fim de outubro novo edital para convocação às 544 vagas remanescentes do CNU 2. O documento anterior foi anulado em 6 de outubro, após inconsistências em três vagas. As oportunidades são para cargos federais de níveis médio e superior. O concurso oferece 3.652 vagas, incluindo cadastro de reserva.

Concurso da Polícia Civil

As inscrições para o concurso de delegado da Polícia Civil de Pernambuco começam nesta quinta-feira (15). São 45 vagas imediatas, com salário inicial de R\$ 13.560. A seleção recebe candidaturas até 16 de dezembro. Para participar, é necessário ter bacharelado em Direito e três anos de atividade jurídica ou policial. As provas estão previstas para março de 2027.

Reaplicação da PND

O Inep liberou o cartão de confirmação da reaplicação da Prova Nacional Docente (PND) 2026, marcada para domingo (18). O documento está disponível na Página do Participante, pelo Gov.br. A reaplicação atende candidatos ausentes em setembro por problemas logísticos ou doenças previstas no edital. O resultado final sai em 15 de dezembro.

Solicitar o Seguro-Defeso

Pescadores artesanais têm prazo ampliado para solicitar o Seguro-Defeso. Os pedidos podem ser feitos entre 30 dias antes e 90 dias após o início do defeso. A medida facilita o acesso ao benefício, especialmente em regiões com internet instável ou dificuldades de deslocamento. As solicitações são feitas pelo Portal Emprega Brasil ou pela Carteira de Trabalho Digital.



STF adia análise que poderia avançar na véspera da data da categoria

STF adia mais uma vez julgamento do piso nacional dos professores

Votação era aguardada na véspera do Dia dos Professores, celebrado nesta quinta

Por **Raphaela Cordeiro**

Após meses de espera, o Supremo Tribunal Federal (STF) adiou novamente o julgamento que pode definir os efeitos do piso salarial nacional dos professores da educação básica nos planos de carreira. A análise foi suspensa nesta quarta-feira (14), após pedido de vista do ministro Gilmar Mendes, e ainda não há data para a retomada. Havia expectativa de que a votação avançasse na véspera do Dia dos Professores, celebrado nesta quinta-feira (15), como uma forma de marcar a data com uma definição sobre a remuneração da categoria.

Durante a sessão, o ministro Luiz Fux manifestou incômodo com a mudança na pauta de julgamentos. Ao apresentar voto em um processo sobre o regime de trabalho de guardas municipais, afirmou que havia se preparado para analisar a controvérsia sobre o piso nacional. “Eu procurei estudar bem o piso nacional”, declarou.

O caso discute se o piso nacional, previsto na Lei nº 11.738/2008, deve servir de referência para o vencimento inicial da carreira do magistério público e repercutir nos demais níveis, faixas e classes. Por ter repercussão

geral, a decisão deverá orientar processos semelhantes em todo o país.

A ação teve origem em um processo movido por uma professora da rede estadual de São Paulo, que pediu a adequação do salário-base ao piso, com reflexos na carreira. Após decisão favorável em segunda instância, o governo paulista recorreu ao STF.

O julgamento começou em dezembro de 2025 e foi interrompido após pedido de vista do ministro Dias Toffoli. Retomada em maio de 2026, a análise foi novamente suspensa, desta vez por Gilmar Mendes. Antes da nova interrupção, o placar estava em 2 a 1 a favor da aplicação do piso na carreira, com votos de Toffoli e Alexandre de Moraes nessa direção, enquanto o relator, Cristiano Zanin, apresentou entendimento com condições para a adequação das redes de ensino.

A discussão envolve se o piso deve funcionar como vencimento-base inicial e repercutir nos demais patamares salariais ou se pode ser alcançado por meio de complementações, sem reajuste proporcional ao longo da carreira. Em 2026, o valor nacional é de R\$ 5.130,63 para jornada de 40 horas semanais. A classe segue sem uma definição sobre o tema.